

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

JÚLIA HEIMERDINGER

**A REVERBERAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO YOUTUBE E EM PORTAIS NA
INTERNET: ANÁLISE DA REPERCUSSÃO SOBRE UM CASO DE FEMINICÍDIO**

São Borja

2019

JÚLIA HEIMERDINGER

**A REVERBERAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO YOUTUBE E EM PORTAIS NA
INTERNET: ANÁLISE DA REPERCUSSÃO SOBRE UM CASO DE FEMINICÍDIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em comunicação.

Orientadora: Eloisa Klein

São Borja

2019

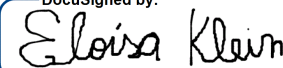
JÚLIA HEIMERDINGER

**A REVERBERAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO YOUTUBE E
EM PORTAIS NA INTERNET: ANÁLISE DA REPERCUSSÃO SOBRE UM
CASO DE FEMINICÍDIO**

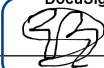
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Jornalismo da
Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em comunicação.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 03 /12 / 2019

Banca examinadora:

DocuSigned by:

8BFAA6297E0E44B...

Prof^a. Dr^a. Eloisa Klein
Orientadora

UNIPAMPA
DocuSigned by:

B9FD83F72B5E4E0...

Prof^a. Pós- Doutora. Vivian de Carvalho Belochio
UNIPAMPA

DocuSigned by:

4390A3A171A142D...

Prof^a. Dr^a Carmen Regina Abreu Gonçalves
UNIPAMPA

São Borja
2019

Dedico esse trabalho à todas as mulheres que não estão mais aqui, aquelas que lutaram pelos direitos que temos hoje. Dedico à todas as mulheres que resistem nessa sociedade machista, e a todas aquelas ainda que estão por vim. A revolução é feminista.

Algumas pessoas perguntam: 'Por que a palavra feminista? Por que não só dizer que você acredita nos direitos humanos ou algo assim?' Porque isso seria um jeito de fingir que não são as mulheres que têm, por séculos, sido excluídas. Isso seria uma forma de negar que os problemas de gênero afetam as mulheres.' – Chimamanda Ngozi Adichie, escritora nigeriana

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, meus pais Claudete e Raul por sempre incentivarem eu e meus irmãos a estudar, obrigada por acreditarem em mim nesses longos quatro anos de graduação, teve muitos momentos difíceis e que achei que não conseguiria, mas vocês sempre me incentivaram a ser uma pessoa melhor. Agradeço aos meus irmãos, Carlos Augusto e Raul Júnior, que tenho o privilégio de chama-los de amigos, obrigada por toda a força, incentivo, parceira, em muitos momentos fomos o terapeuta uns dos outros. Sou eternamente grata e feliz pela minha família, e sem vocês nada disso seria possível, amo muito vocês. E obrigada por sempre estarem presentes nas minhas vitórias.

Agradeço à Universidade Federal do Pampa, por ter me acolhido nesse período de graduação, aquele velho clichê que a “faculdade é nossa segunda casa” é muito verdadeiro, passamos muito tempo dentro das instalações da Unipampa, tivemos o privilégio de usufruir dos estúdios de rádio, TV, edição. Sou imensamente grata pelo ensino gratuito e de qualidade da Unipampa, sempre vou levar no coração os momentos que passei dentro da instituição. Agradeço aos funcionários da Unipampa, pelo excelente trabalho desempenhado para o bem estar de todos.

Agradeço a todos os professores do curso de Jornalismo da Unipampa, foram muitos aprendizados teóricos e técnicos, ensinamentos esses primordiais na nossa formação acadêmica. Em especial, gostaria de agradecer a professora Mara, que não se encontra mais nesse plano, aprendi muito com ela, sua paixão pelo jornalismo, livros, filmes me encantava. Ela foi uma mulher de luta, que sempre defendeu o ensino público e de qualidade, e continuo levando para a vida todos os ensinamentos que adquiri com ela. Que você esteja em um lugar lindo professora, a senhora continua sendo luz e inspiração para todos.

Agradeço imensamente minha professora orientadora Eloisa, por ser essa mulher que me inspira muito, porque antes de ser professora é humana, sempre ajudando e apoiando a todos, sinto-me muito grata por ter convivido com ela nesse tempo de graduação e ter aprendido tanto. Obrigada por todo o apoio e incentivo nesse trabalho

de conclusão de curso, pois sem você nada disso seria possível, a levarei comigo para sempre no meu coração.

Agradeço aos meus colegas de graduação durante esses quatro anos de curso, em especial aos bons amigos que fiz na faculdade, aqueles que sei que vou levar além da graduação. Obrigada por tantos momentos compartilhados, sem vocês nada disso seria possível também, pois vocês foram minha força em São Borja, vocês tornaram minha estadia mais feliz e plena. Sou muito grata pelo universo por ter encontrado vocês. Desejo que vocês sejam sempre muito felizes e o mundo é de vocês, voem!

Agradeço também aos meus amigos de Santa Rosa, que sempre me incentivaram a permanecer nesse sonho, obrigada pela compreensão dos momentos que não estive presente, pelos roles que perdi por estar em São Borja. Vocês sempre me mandaram apoio e amor, mesmo de longe. Vocês sempre estiveram presentes comigo, em meio caos de final de semestre, me ouvindo, me apoiando, muito obrigada por tanto!

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma me ajudaram nessa minha trajetória acadêmica, agradeço a São Borja, por me proporcionar tanta vivência. Foram momentos muito felizes, eu aprendi e evolui muito. Os momentos difíceis também foram essenciais para eu ser quem me tornei. Sou eternamente grata por tudo que vivenciei nesses quatro anos. Encera-se um ciclo, e eu só tenho a agradecer, muito obrigada a todos por tanto!

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar como é abordado o feminicídio pelo jornalismo e por canais que simulam o formato jornalístico no Brasil. Para isso, foram analisados vídeos de canais do *YouTube* e portais jornalísticos, G1 e Regional News que tratam do caso da jovem Isabela Miranda de Oliveira, estuprada pelo cunhado e assassinada pelo namorado na cidade de Franco da Rocha em São Paulo. Nos vídeos examinados, foram encontrados enquadramentos dúbios; edição com prevaência da fonte policial; uso repetitivo de termos estereotipados sobre relacionamentos, que chegam a fazer com que a vítima seja tomada como culpada. Também observa-se que os canais não jornalísticos adotam a linguagem do jornalismo e constroem narrativas baseadas no conteúdo de noticiários e sites. Em base nos autores que foram utilizados sobre violência contra mulher na análise do caso de Isabela, ficou evidente que os portais jornalísticos analisados não utilizaram uma abordagem adequada acerca do feminicídio.

Palavras-chave: Feminicídio; Cobertura jornalística; *YouTube*; Violência contra a mulher

ABSTRACT

This course completion paper aims to analyze how femicide is approached by journalism and by channels that simulate the journalistic format in Brazil. For this, we analyzed videos from YouTube channels and news portals, G1 and Regional News dealing with the case of the young Isabela Miranda de Oliveira, raped by her brother-in-law and murdered by her boyfriend in the city of Franco da Rocha in São Paulo. In the videos examined, dubious frames were found; prevailing edition of the police source; Repetitive use of stereotypical terms about relationships that even causes the victim to be blamed. It is also observed that non-journalistic channels adopt the language of journalism and construct narratives based on the content of news and websites. Based on the authors who were used on violence against women in the analysis of the Isabela case, it was evident that the journalistic portals analyzed did not use an adequate approach to femicide.

Keywords: Femicide; News coverage; *YouTube*; Violence against women

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Prints do vídeo produzido pelo usuário “Jornalista Fernando Martins”	53
Figura 02: Deputado David Miranda utilizou seu perfil do Instagram para criticar Record.....	54
Figura 03: Guilherme Prado usou o Twitter para comentar sobre o caso de Isabela	55
Figura 04: Print da reportagem que consta no portal do G1 sobre o caso Isabela	58
Figura 05: Infográfico sobre feminicídios no Brasil disponível no portal G1	59
Figura .06: Print do vídeo que consta na reportagem multimídia no site do G1	60
Figura 07: Print da chamada realizada no Facebook sobre a reportagem multimídia do portal G1	61
Figura 08: Print da reportagem do portal <i>Regional News</i>	62

Sumário

INTRODUÇÃO.....	12
1. CONCEITO DE VIOLÊNCIA E ABORDAGENS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	16
1.1 Conceito de violência	16
1.2 Conceito de gênero e relação com a violência	19
1.3 Violência de gênero, violência contra a mulher e feminicídio	21
2 COMO A VIOLÊNCIA APARECE NA MÍDIA.....	25
2.1 Programas midiáticos sobre violência no Brasil.....	25
2.2 A violência reverberada nas mídias sociais	29
3 . A COBERTURA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO JORNALISMO	34
3 . 1 Representação da violência no jornalismo	34
3.2 Preponderância da fonte policial	37
3.3 Dramatização e encenação.....	40
4. ASPECTOS METODOLÓGICOS SOBRE A ABORDAGEM DO CASO DE FEMINICÍDIO	45
4.1 Seleção do caso.....	45
4.2 Observação de programas policiais	46
4.3 Análise de materiais jornalísticos e não jornalísticos	48
5. ANÁLISE DA REPERCUSSÃO DE UM CASO DE FEMINICÍDIO ANTECEDIDO POR ESTUPRO.....	51
5.1 Dramatização da morte e enquadramentos romantizados do assassinato em vídeos do <i>YouTube</i>	51
5.2 Cobertura sobre o caso em portais jornalísticos	57
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66

INTRODUÇÃO

Historicamente, o desenvolvimento das tecnologias de comunicação permite que fatos que ocorrem em diferentes partes do mundo não demandem a presença física das pessoas para que se tornem de conhecimento público. Técnicas de apuração à distância também se tornam possíveis, como o uso de telefone, depois *e-mail* e atualmente até verificação de postagens formais de assessorias de imprensa ou das próprias fontes em mídias sociais.

Um elemento distintivo relevante do contexto que vivemos é que, com o uso expressivo de tecnologia digital e mídias sociais, qualquer pessoa pode publicar sobre determinado acontecimento, mesmo que não tenha tido contato com as fontes, nem ao menos através da utilização das ferramentas de coleta de dados.

Com isso, temos um cenário que mescla questões historicamente ligadas ao jornalismo (como a predominância de uma fonte sobre as outras na organização do texto jornalístico), com questões próprias dos usos sociais das tecnologias digitais e mídias sociais (como o retrabalho sobre arquivos jornalísticos para a criação de narrativas e comentários estruturados com base no formato de matéria jornalística, embora feita por pessoas comuns).

Os casos de violência contra as mulheres são constantemente noticiados nas grandes mídias e na mídia alternativa. A repercussão sobre a violência de gênero na mídia ajuda nos debates sobre o tema, com a finalidade de tornar público e buscar formas para resolver essa problemática. Por isso, é necessário analisar criticamente de que maneira as linguagens e os discursos utilizados na abordagem dos casos de violência são construídos pela mídia.

Isabela Miranda de Oliveira tinha 19 anos quando foi vítima de feminicídio pelo namorado. A jovem cursava faculdade de administração e trabalhava em uma empresa multinacional. Isabela era conhecida como uma garota estudiosa e tranquila, a prima Janusa Correia comentou que ela estava aprendendo inglês para aperfeiçoar suas habilidades profissionais. Outra prima Bruna Mantena, a descreve como uma menina que tinha um sorriso fácil e que contagiava por onde passa.

O feminicídio de Isabela escancara o machismo que mata todos os dias. O namorado entendeu que era uma traição onde havia estupro e compreendeu que isso

justificasse a agressão e a morte da jovem. Isabela foi duplamente violentada. Estava vulnerável, e foi agredida sexualmente sem a menor chance de defesa. E, diante do acontecimento, o namorado optou por achar que ela era "culpada" e não a vítima. E esses enquadramentos foram analisados, esse trabalho serve para dar visibilidade para a vítima, que foi esquecida nas abordagens.

O que motivou na realização deste trabalho foi pesquisar indícios que auxiliem no entendimento de como os jornalistas abordam temáticas complicadas e desafiadoras no cotidiano das redações, e de como sua função social é de extrema importância na sociedade. O objetivo deste trabalho é analisar como casos de violência contra a mulher são abordados pelo jornalismo e por canais que simulam o formato jornalístico no Brasil, que tomam emprestadas as características das notícias, observando as lógicas próprias do tratamento do caso, o enquadramento da vítima e do assassinato e o tipo de construção que transporta para uma partilha de significados sobre violência de gênero no dia a dia.

Neste texto, analisamos quatro vídeos do *YouTube*. Foram escolhidos dois canais de pessoas comuns (canal *Antenado News* e *Jornalista Fernando Martins*) e dois canais vinculados a programas jornalísticos das emissoras brasileiras *Record TV* e *Band*. Um dos canais de pessoas comuns é assinado por um autor que se declara jornalista. Ambos os canais comuns utilizam-se de fontes jornalísticas para reverberar acontecimentos.

A escolha dos canais aconteceu durante a seleção de materiais para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso. Após tomarmos conhecimento sobre a abordagem de um telejornal a respeito da morte de uma jovem que havia sido estuprada e morta como se ela de alguma forma fosse culpada, decidimos que este tema merecia atenção e uma pesquisa monográfica do curso de jornalismo. A seleção de casos partiu de uma pesquisa exploratória, que visam proporcionar uma primeira imersão no estudo, possibilitando a observação de exemplos e de tipos de ocorrência dos fenômenos observados.

Realizamos uma análise interpretativa dos materiais selecionados que abordam as coberturas jornalísticas e não jornalísticas acerca da violência contra a mulher. Para isso, usamos como categorias elementos: a existência de elementos de dramatização sobre a morte das mulheres; utilização de palavras que adjetivam a mulher assassinada; romantização da relação em que a mulher estava envolvida.

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho fundamentou-se na pesquisa bibliográfica, a pesquisa tem como suporte o posicionamento de autores especialistas sobre a temática abordada: conceito de violência, especialmente a violência de gênero. De que maneira a violência é abordada nas mídias, a cobertura da violência contra a mulher no jornalismo e aspectos metodológicos sobre a abordagem no caso de feminicídio.

Ao longo desse ano apresentei dois artigos sobre essa referente pesquisa. O primeiro artigo foi realizado em abril na Unipampa, em São Borja, em um evento “Cenários de Luta e Resistência Política, Feminina e Cultural” e estava apenas no começo do estudo, muitas coisas foram aperfeiçoadas e incorporadas. Depois em junho apresentei no Intercom Sul, realizado em Porto Alegre, onde já tinha mais base teórica e discernimento do assunto. Através dessas duas experiências eu pude perceber a dimensão da relevância dessa temática, pois consegui debater e refletir com outras pessoas que também estudam sobre essa problemática.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos de acordo com os objetivos propostos. O capítulo “Conceito de violência e abordagens sobre violência de gênero” aborda o conceito de violência de uma forma ampla, em especial o conceito de violência de gênero na sociedade. Também traz a conceituação do que significa feminicídio. Reflete também na compreensão de gênero e sua relação com a violência contra as mulheres. Também demonstra sobre a implementação de leis que amparam as mulheres em situação de violência, no caso a Lei Maria da Penha.

Já o capítulo “Como a violência aparece na mídia” refere-se como a mídia contribui para a divulgação e reflexão de diversas representações sociais sobre a violência, visto que, as notícias sobre essa temática são bastante veiculadas nos meios de comunicação. E como através das mídias sociais, qualquer pessoa pode publicar sobre determinado assunto e propagar o ódio na internet, fazendo o uso do “discurso de ódio” assim reverberando a violência.

O capítulo “A cobertura da violência contra a mulher no jornalismo” aborda como é realizada a cobertura da violência contra a mulher no jornalismo, o quanto o jornalismo tem importância em abrir debate sobre a violência de gênero, e muitas vezes esse espaço não é aproveitado. Pois, muitas vezes, em abordagens sobre violência contra mulher apenas há o contexto policial, em outros casos o feminicídio é

transformado em uma trama e encenação, assim perdendo toda a visibilidade sobre o tema.

No capítulo “Aspectos metodológicos sobre a abordagem do caso de feminicídio” trata sobre o caso da jovem Isabela Miranda de Oliveira, relata sobre os programas jornalísticos e suas características. Os conteúdos não jornalísticos são abordados e sobre a dimensão que qualquer individuo pode produzir conteúdo e colocar na rede, nesse caso no *YouTube* e as particularidades de sua linguagem.

O último capítulo “Análise da repercussão de um caso de feminicídio antecedido por estupro” destina-se a análise dos vídeos (jornalísticos e não jornalísticos) e também da cobertura nos portais jornalísticos sobre o caso, relacionando-as aos conceitos abordados nos capítulos anteriores.

O trabalho busca contribuir para o posicionamento de jornalistas mais conscientes quando relatarem sobre os casos de violência contra a mulher seja feito de uma forma crítica e ética. De um modo geral, as faculdades de comunicação não possuem matérias obrigatórias de jornalismo de segurança pública, logo, muitos alunos encontrem dificuldades para atuarem nesse tipo de cobertura. Por isso, também, é importante às instituições proporcionar o devido conhecimento para os acadêmicos, mas, sobretudo é necessário aos jornalistas de formação não perder a humanidade nas coberturas sobre violência de gênero, e ter o entendimento da responsabilidade social ao abordar sobre a temática.

1. CONCEITO DE VIOLÊNCIA E ABORDAGENS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Esse capítulo aborda o conceito de violência de uma forma ampla, em especial o conceito de violência de gênero na sociedade. Também traz a conceituação do que significa feminicídio. Reflete também na compreensão de gênero e sua relação com a violência contra as mulheres. Aponta sobre a implementação de leis que amparam as mulheres em situação de violência, em especial a Lei Maria da Penha.

1.1 Conceito de violência

Por se tratar de um fenômeno complexo e multicausal que afeta todas as pessoas e as atinge emocionalmente, a violência foge a qualquer conceito preciso e absoluto. Para compreender e combater a violência, é necessário identificar a sua discussão na conjuntura dos problemas que associam saúde, condições, situações e qualidade de vida.

A violência pode ser natural ou artificial, conforme indica Paviani (2016). Na primeira situação, ninguém está imune da violência, ela é característica da humanidade. Na segunda hipótese, a violência é geralmente uma abundância de força de uns sobre outros. A violência acontece quando a força física, moral, quando ocorre a destruição do outro ou de seu espaço. Violenta é toda e qualquer ação que impossibilita a reação divergente, que torna estático, incapaz, incapacitado a pessoa que recebe.

Na língua portuguesa, a palavra “violência” tem origem do latim *violentia*, que significa o ato de violar outras pessoas ou de se violar. Além disso, o termo identifica algo fora do modo natural, algo relacionado à força, a fúria, ao comportamento intencional que produz danos físicos como: ferimentos, tortura, morte ou danos psíquicos, que gera humilhações, ameaças, ofensas.

Violência não é uma sentença somente descritiva ou neutra, ela assume partido, apresenta-se na própria descrição do ato ou do ator social. Mariano (2001) classifica a violência em três casos: 1) “massificação”, quando há um acréscimo acentuado referente a recentes padrões de violência (abandono, narcotráfico desrespeito à cidadania) sobre formas antigas de violência (estupro, homicídios corrupção, acidentes

de trânsito, homicídios roubos e crimes); esta massificação abrange vários fragmentos sociais; 2) “divulgação”, que é a multiplicação das ações e situações violentas de forma resistente, uma dosagem demasiada de violência na imprensa; e 3) a “banalização”, que é a modificação da violência, de prática ou acontecimento excepcional, em algo comum.

A violência denomina-se como uma temática social preocupante, que existe tanto nos países desenvolvidos, como em países subdesenvolvidos. Além disso, está enraizada em todos os períodos da história. A violência pode ser considerada física, psicológica, sexual, intrafamiliar, institucional, em suma, pode iniciar-se de várias formas.

Para Viela (1977 apud AZEVEDO, 1985, p. 19):

Violência é toda iniciativa que procura exercer coação sobre a liberdade de alguém, que tenta impedir-lhe a liberdade de reflexão, de julgamento, dedicação e que, termina por rebaixar alguém a nível de meio ou instrumento num projeto, que a absorve e engloba, sem trata-lo como parceiro livre e igual. A violência é uma tentativa de diminuir alguém, de constranger alguém a renegar-se a si mesmo, a resignar-se à situação que lhe é proposta, a renunciar a toda a luta, abdicar de si.

Há várias razões como: miséria, desigualdade social, desemprego, discriminação dentre outras, que podem colaborar para a concepção de ações violentas entre as pessoas. Porém, a violência não está relacionada às classes sociais de poder aquisitivo baixo, como muitos julgam, mas apresenta-se em todas as esferas sociais, sexos, idades, etnias, religiões, etc.

Para Chauí (1985, apud AZEVEDO, 1985, p. 18):

Violência é uma realização determinada das relações de força tanto em termos de classes sociais quanto em termos interpessoais. Em lugar de tomarmos a violência como violação e transgressão de normas, regras e leis, preferimos considera-las sob dois outros ângulos. Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade ou a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência.

A violência não se caracteriza somente por ataques físicos, também pode definir-se através do controle de uma classe em cima de outra, de um indivíduo sobre o outro, assim impossibilitando o outro de se manifestar, expressar, decidir por si próprio, por

acreditar ser inferior intelectualmente ou socialmente, também é uma forma de violência.

Para Teles e Melo (2003, p.15),

Violência se caracteriza pelo uso da força, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, e tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo a sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano.

Hannah Arendt (1970) define que a violência é diferente do poder, força ou vigor, pois exige de recursos como constatou Engels há muito tempo atrás. A transformação da tecnologia, inovação nos processos de fabricação foram manifestações pontuais no conflito armado. A própria natureza da violência é administrada pela classe meio/objetivo da qual é a mais significativa característica, utilizada às funções humanas, de que os fins sejam ameaçados de serem controlados pelos meios, que explicam e que são fundamentais para alcançá-los.

Segundo Hannah Arendt afirmar que a violência se inicia do ódio é um lugar comum. Porém, o ódio é irracional e doentio. O ódio não é uma resposta automática à miséria e ao sofrimento. Ninguém age com ódio a uma doença incurável, a um terremoto ou a condições sociais imutáveis. O ódio se manifesta onde há motivos para pressupor que as condições podem ser modificadas. Só reagimos quando o senso de justiça for ofendido. Além disso, reagir com rapidez contra a “essência do ódio e da violência” não nos torna irracionais.

O conceito de violência apresentado por Minayo e Souza (1997/1998, p.513) busca transmitir uma maior definição da violência, entretanto ainda nomea-se ampla: “A violência consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual”.

Concepção similar localiza-se no trabalho de Chaves, Ristum e Noronha (1998):

A violência, compreendida como um problema de saúde pública foi definida como qualquer ação intencional, perpetrada por indivíduo, grupo ou instituição, dirigida a outrem, que cause prejuízos, danos físicos e/ou sociais e/ou psicológicos (p. 1).

Pela primeira vez, em 2002, a Organização Mundial da Saúde se manifestou em relação à violência de maneira mais precisa do que vinha assumindo até então, quando somente relacionava os impactos dessa problemática ou realizava análises e elaborava orientações esporádicas sobre a temática. Para isso, publicou o Relatório Mundial com relação à violência e saúde, onde define o problema como:

Uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002, p. 5).

O caso da violência é modelo para entender a transição que une problemas sociais e questões de saúde. Violência não é um caso médico comum, é, essencialmente, uma problemática social que segue toda a história e as mudanças da humanidade. Contudo, a violência atinge muito a saúde: causa morte, lesões, traumas físicos e danos mentais, emocionais e espirituais; reduz a qualidade de vida; demonstra a inadequação da sistemática usual dos serviços de saúde.

1.2 Conceito de gênero e relação com a violência

A partir da segunda metade do século XIX, as mulheres começaram a protestar por seus direitos. Na intenção de assegurar melhores oportunidades e condições de trabalho e por benefícios políticos e sociais. Movimentos feministas provenientes de instituições operárias reivindicavam pelos Estados Unidos e pela Europa. No Brasil, as lutas se prolongaram até o fim do século XX, em São Paulo ocorreu à formação do Conselho Estadual da Condição Feminina, que tinha como finalidade garantir melhores condições à mulher, a fim de legitimar a prática plena de seus direitos, atuação e inserção no progresso social, econômico, cultural e político. Sustentando uma importante discussão do movimento feminista com o governo, assim dando origem em 1985 a primeira Delegacia Especializada da Mulher.

Na década de 1990, a primordial luta do movimento feminista foi em oposição à violência doméstica, que teve forte contribuição, em 2006, com a origem da Lei Maria da Penha. Portanto, compreende-se que a principal reivindicação do movimento

feminista é extinguir a violência que as mulheres estão sujeitas no seu cotidiano, assim garantindo sua independência e assumindo seu papel de protagonismo na sociedade.

O conceito de gênero, atualmente está presente nas páginas de jornal e nos textos que conduzem as políticas públicas, originou-se de uma interlocução entre o movimento feminista e seus conceitos e as pesquisadoras das várias disciplinas – história, sociologia, antropologia, ciência política, demografia, entre outras. Uma personagem representativa desse movimento de ideologias é a filósofa Simone de Beauvoir, que em 1949 redigiu o livro *O Segundo Sexo*.

O livro trouxe uma nova percepção referente à reflexão das desigualdades entre homens e mulheres nas sociedades contemporâneas sobre do porquê do feminino e das mulheres serem introduzidas dentro de uma estrutura de relações de poder que visa inferiorizá-las. É da sua autoria a famosa frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Com este conceito, ela procurava excluir qualquer definição “natural” da conduta feminina.

A definição de gênero foi criada para esclarecer que o sexo anatômico não é o princípio que define as condutas da espécie humana. As culturas geram padrões que estão relacionados a corpos que se diferenciam por seu aparelho genital e que por meio da relação sexual podem reproduzir outros seres. O sexo e a sexualidade se entrelaçam, estas características se cruzam, mas uma dimensão não provém da outra. Possuir um corpo feminino não representa que a mulher queira torna-se mãe. Corpos identificados como masculinos podem manifestar trejeitos considerados como femininos em determinado âmbito social, e podem também ter ligações sexuais com outros corpos demonstrando uma sexualidade divergente da expectativa predominante de que o “normal” é a união sexual entre homem e mulher.

Para Santos (2005) a distinção sexo/gênero compreende os sistemas de gênero enquanto meios culturais criados para encarar com as diferenças de sexo e demandas relacionadas à reprodução social e biológica. Sexo trata-se com a identidade biológica do homem e da mulher, e gênero se refere aos elementos socialmente concebidos das alterações biológicas e sexuais.

Esta diferenciação tem auxílio na elaboração de que as dessemelhanças biológicas e sexuais produzem uma essência fixa acerca do que são elaboradas as concepções sociais de gênero. Portanto, há os que compreendem que as diferenças

biológicas sexuais são, em alguma dimensão, socialmente realizadas e historicamente alteráveis.

Conforme as pessoas reconhecem determinados traços físicos do outro e, mediante delas identificam os indivíduos em grupos, fica comprovado o avanço de um processo social. O sexo, a sexualidade e o corpo são experimentados, tornam-se compreensíveis, por meio de processos e práticas sociais; eles são constituídos através do gênero e, ao mesmo tempo, ajudam a constituir o gênero (ACKER, 1992 apud SANTOS, 2005)

Uma das autoras importantes para o desenvolvimento do conceito de gênero é a antropóloga norte-americana Gayle Rubin, que em 1975 legitimou a idealização da existência de uma sistemática sexo-gênero em todas as sociedades. Outra colaboração importante e bastante reconhecida no Brasil é o texto Gênero de Joan Scott. Esta edição auxiliou para estudiosos da área de ciências humanas identificassem a relevância das relações sociais que se constituem com origem nas transformações captadas entre homens e mulheres.

Desse modo, é necessário compreender como os elementos de gênero são estruturantes na organização subjetiva de mulheres e homens e na sistematização dos vínculos sociais baseadas nas desigualdades de poder entre ambos. São estas desigualdades que se interligam, assim acarretando nas violências realizadas contra as mulheres. Por isso, a discussão do conceito de gênero é primordial para compreendermos sobre essas violências, embora não expresse por completo a complexidade desse fenômeno social.

1.3 Violência de gênero, violência contra a mulher e feminicídio

Há tipos de violência que persistem no tempo e se apresentam por quase todas as sociedades. É o caso da violência de gênero, essa categoria de expressão permanece “naturalizada”, como se, ao cometê-las, as pessoas consideram que estão fazendo algo habitual. Para modificar essa naturalização da violência é necessário atuar, intervir e, sobretudo, denunciar e penalizar quando for o caso. Os avanços dos movimentos feministas comprovam que é possível “desnaturalizar” as formas de reprodução da dominação, de submissão e os danos originários desses fenômenos.

Para Teles e Melo (2003, p. 18):

A definição de violência de gênero deve ser entendido como uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher. Ele demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçado pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas. Ou seja, não é a natureza a responsável pelos padrões e limites sociais que determinam comportamentos agressivos aos homens e dóceis submissos às mulheres. Os costumes, a educação e os meios de comunicação tratam de criar e preservar estereótipos que reforçam a idéia de que o sexo masculino tem o poder de controlar os desejos, as opiniões e a liberdade de ir vir das mulheres.

A violência de gênero é um assunto de saúde pública e uma violação explícita aos direitos humanos. Estima-se que essa problemática social provoque mais mortes às mulheres do que o câncer, a malária, os acidentes de trânsito e as guerras. Seus vários jeitos de opressão, de dominação e de brutalidade engloba assassinatos, estupros, abusos físicos, sexuais e emocionais, prostituição forçada, mutilação genital, violência racial e outras. Os agressores costumam ser parceiros, familiares, conhecidos, estranhos ou agentes do Estado (GOMES et al., 2005).

Uma das delimitações sobre violência de gênero mais usadas, apresentada na Conferência de Beijing, é descrita por Sônia Rovinski (2004) como:

Qualquer ato de violência que tem por base o gênero e que resulta ou pode resultar em dano ou sofrimento de natureza física, sexual ou psicológica, incluindo ameaças, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade, quer se produzam na vida pública ou privada' (ROVINSKI, 2004, p.6)

A mulher que torna-se vítima no ambiente conjugal é uma das mais recorrentes manifestações de violência de gênero. Combater tal tipo de violência tem sido uma das importantes metas da ação do movimento feminista e das políticas do Ministério da Saúde, que estão tentando desnaturalizar os abusos, os maus-tratos e as palavras de opressão. Dessa maneira, problemáticas que até então continuavam silenciadas do espaço privado – como o dito popular *em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher* – começaram a ter visibilidade social.

A violência de gênero é global, não é restrita a uma estipulada classe social, região geográfica ou determinado modo de ser mulher, conforme algumas situações

culturais e sociais a classe, geração e etnia (CORDEIRO, 1995 apud SOUZA, 2002). Para Romani (in: LUZ org., 1982, p. 67):

O processo de socialização que leva à internalização dos espaços que circunscrevem o masculino e o feminino tem início na infância onde, como diz Simone de Beauvoir, os meninos tornam-se crianças e as meninas mulherzinhas. De fato, a entrada do menino no mundo adulto, onde desempenhará atividades no âmbito doméstico, tem fronteiras bem mais demarcadas do que a entrada da menina. Esta desde pequena, aprende a ser o que "será" quando crescer, aprende a ser mulherzinha, a fazer comidinha, a trocar a fralda da boneca e é, de fato requisitada a ajudar a mãe nestas tarefas, a diferença do menino. Os brinquedos infantis expressam claramente as esferas assignadas a cada sexo. Fogões, vassouras e panelinhas se opõem a carros, aviões, pipas, revolvers.

Com a finalidade de reduzir e precaver a violência doméstica e familiar, assim como penalizar os agressores, foi constituída a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). A Lei reconhecida em 07 de agosto de 2006, entrando em vigor no dia 22 de setembro do mesmo ano, é conhecida como uma referência legal no combate à violência contra a mulher.

A Lei determina a nova concepção de violência doméstica e familiar, de modo que qualquer ato ou omissão fundamentada no gênero que acarrete morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e danificação moral ou patrimonial à mulher, passando a ser vista como uma violação aos direitos humanos (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2013).

De acordo com Garcia et al (2013), o progresso transitório dos feminicídios no Brasil e nas macrorregiões, demonstrou que não houve repercussão, ou seja, não aconteceu redução dos índices anuais de mortalidade, quando relacionado os períodos anteriormente e após da vigência da Lei aplicando uma metodologia sem ponderar abordagens quantitativas, mais apropriadas para encarar com avaliação causal.

O Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada (IPEA) produziu uma pesquisa sobre a eficiência da Lei Maria da Penha conseguindo evidências que a Lei fez reduzir em torno de 10% a taxa de feminicídio dentro das residências, apesar de que não tenha acontecido de forma uniforme no país, seguindo um método de identificação baseado no padrão de diferenças em diferenças para compreender o cumprimento da Lei Maria da Penha sobre os feminicídios. (CERQUEIRA et al, 2015).

O termo feminicídio trata-se ao modernismo do vocábulo inglês femicide, que foi usado pela primeira vez popularmente no ano de 1976 em uma fala realizada pela escritora sul-africana Diana Russel na presença do tribunal Internacional Sobre Crimes Contra As Mulheres, em Bruxelas.

A legislação do feminicídio em seu artigo 1º, § 2º-A no Brasil, considera o assassinato de mulher, como sendo uma condição especial da vítima, quando presentes “violência doméstica e familiar” ou “menosprezo ou discriminação à condição de mulher”

Romero (2014) afirma que o feminicídio é toda e qualquer ação de agressão oriunda da dominação de gênero, realizado em oposição a alguém do sexo feminino, acarretando na sua morte. Nessa concepção, o homicídio de mulheres pode ser praticado por pessoas que são próximas das vítimas, tais como maridos, namorados e/ou companheiros, outros integrantes da família ou por desconhecidos também.

2 COMO A VIOLÊNCIA APARECE NA MÍDIA

Esse capítulo refere-se de como a mídia contribui para a divulgação e reflexão de diversas representações sociais sobre a violência, visto que, as notícias sobre essa temática são bastante veiculadas nos meios de comunicação. E como através das mídias sociais, qualquer pessoa pode publicar sobre determinado assunto e propagar o ódio na internet, fazendo o uso do “discurso de ódio” assim reverberando a violência.

2.1 Programas midiáticos sobre violência no Brasil

Os programas policiais que estão vinculados na televisão aberta brasileira são: Cidade Alerta pertencente à RecordTv, Brasil Urgente exibido pela Rede Bandeirantes (Band) e Balanço Geral vinculado à RecordTv. Todos esses programas citados possuem características de Jornalismo Policial.

A curiosidade popular em relação às situações que envolvem violência nas reportagens policiais presentes nas mídias. Esse público é conceituado, segundo McQuail (2013, p. 374), “são, ao mesmo tempo, produto do contexto social e uma resposta a um determinado padrão de oferta de mídia”. Conforme Tarde (2005, p. 8), “o público só pode começar a nascer após o primeiro grande desenvolvimento da grande imprensa, no século XVI”. Por causa da justificativa de que a violência é exposta em razão de que o público assim deseja.

No entanto, os jornais trazem a morte todos os dias em suas páginas, não somente na seção enquadrada e editada como tal – necrologia – mas também espalhada nas diversas editoriais. Mais radical ainda, o jornal sensacionalista transforma a morte em seu assunto de capa, como se rendesse um culto diário e fetichizado à morte. (ANGRIMANI, 1995, p. 53).

Atualmente a televisão no Brasil tem uma importância considerável, sendo assim um dos principais meios de comunicação que constroem a opinião pública, conforme Borges (2002), a TV ficou conhecida como “o grande meio do século XX” (p.43). Por esta razão, é necessário uma análise dos programas do gênero Jornalismo Policial a respeito de como esses programas vinculam casos de violência na televisão aberta brasileira.

Segundo Fischer (2002), a mídia contribui de maneira factual na estruturação de sujeitos e subjetividades, gerando saberes e educando as pessoas jeitos de ser e estar na cultura. Para Fonseca (2011), ela retrata um modo de poder, podendo persuadir na opinião de vários indivíduos sobre assuntos específicos. Azambuja (1987, apud FINAMORE; CARVALHO, 2006) também expõe o poder midiático em manobrar as opções dos indivíduos, ocorrendo que muitas vezes essa interferência nem sempre é percebida pelos mesmos, assumindo uma “postura passiva diante das notícias veiculadas pelos jornais ou programas de TV, e paulatinamente anulando qualquer posicionamento crítico em relação à mensagem” (p. 348).

Uma crítica comum realizada ao Jornalismo Policial brasileiro refere-se ao descumprimento dos fundamentos básicos do jornalismo nos programas do gênero, o que os situaria mais semelhantes ao entretenimento do que do verdadeiro jornalismo: “A espetacularização da notícia policial, por meio de métodos extraídos do sensacionalismo, hiper-realismo e da dramaturgia, vulgariza a TV, diminui a credibilidade do jornalista e falseia o conteúdo do fato diante da realidade” (PERIAGO, 2004, p.5).

No Brasil, o jornalismo televisivo teve grande influência do padrão americano. Conforme este modelo, ao elaborar a reportagem, o repórter necessita assumir uma postura fixa e séria, adotando um tratamento direto, objetivo e imparcial. No Jornalismo Policial, pelo contrário, o repórter e cinegrafista recebem uma nova função: compete a eles tornar a notícia mais interessante.

Os repórteres são mais interativos e opinativos, eles precisam estimular a atenção dos telespectadores, mesmo quando o acontecimento precisa de relevância. A câmera passa a ser usada de modo mais livre para proporcionar novos nuances as imagens captadas – “A câmera parece estar ‘nervosa’” (PERIAGO, 2004, p.89) – e a técnica de edição procura favorecer aspectos apelativos. O improviso ocupa um papel essencial, ressaltando a sensação de que aquilo que está sendo noticiado é “a verdade” sobre o fato:

O repórter de telejornal policial se torna um integrante ativo. Sua participação é parcial e pode, em determinados casos, interferir com a realidade daquele fato. [...]

Em determinados casos, a interferência do repórter também serve para manipular momentos que não estão correspondendo com a expectativa de uma determinada situação. Nesse sentido, criam-se situações que aumentam

o potencial de um fato para que ele se torne mais fluente aos olhos do telespectador. Esse processo pode transformar a telenotícia em um espetáculo de ficção, pois, em determinadas situações até elementos da dramaturgia como a tensão dramática, a identificação com o herói ou com vilões, as expressões oral e facial são utilizados para sensibilizar o telespectador. (PERIAGO, 2004, p.11)

Periago (2004) caracteriza também como o exagero de declarações, a linguagem empregada no Jornalismo Policial é outro fundamento que o diferencia do jornalismo tradicional, pois se trata de um vocabulário informal, muitas vezes fazendo uso de gírias, palavrões ou expressões coloquiais, que apresentam o tom de um diálogo direto com o telespectador.

O Jornalismo Policial não economiza nas produções que contém suspense, o que é representado de distintas maneiras. Em contrapartida há exhibições das chamadas corriqueiras sobre as notícias que serão exibidas, assim fomentando nos telespectadores a curiosidade sobre o assunto. Esse mecanismo é bastante utilizado no Jornalismo Policial, sendo usado até no meio de outras produções.

No Jornalismo Policial há um padrão que contém alguns critérios dramáticos que devem ser seguidos na sua estruturação. Na abertura dos programas, geralmente é o momento utilizado para despertar a atenção dos telespectadores através do suspense sobre às reportagens do dia, “A escalada é a abertura do telejornal e mostra, através de manchetes, os principais destaques do dia. A escalada tem que convencer o telespectador a assistir o programa através de frases de impacto lidas, de forma dinâmica, pelos apresentadores” (PERIAGO, 2004, p.51).

Bucci e Kehl (2004) afirmam que os programas midiáticos que recorrem para o sensacionalismo estabelecem um “atentado à cidadania”, já que não informam o telespectador em relação aos seus direitos atuais, iludindo-os com explicações violentas.

De modo oportunista, eles [programas policiais] confundem inquérito com julgamento, fazem apologia (dissimulada ou nem tanto) da pena de morte como se ela prescindisse de julgamento justo, como se ela fosse uma execução sumária (solução relâmpago). (BUCCI; KEHL, 2004, p.244-245).

É muito utilizado no Jornalismo Policial métodos que envolvem efeitos musicais e sonoros. Fragmentos de músicas, sons que são causados pelo ambiente, tais como: barulho de helicópteros, tiros e sirenes. Os cliclês e as vinhetas também estão presentes, os apresentadores tem uma função fundamental na dramatização das notícias,

pois eles utilizam da entonação e da elevação da voz para intensificar o suspense a tensão nas reportagens.

A trilha sonora é realçada ou suavizada de acordo com o ritmo da fala do apresentador que se altera conforme o ritmo da reportagem. Em casos considerados hediondos pelos programas, por exemplo, o fundo musical é extremado [...]. A narração dos repórteres é longa e visivelmente emotiva: a reconstituição de crimes e outros incidentes é feita de maneira pormenorizada, com recursos sonoros oscilantes apelando para os recursos de imagem. Tal estrutura nos faz atentar para o som como um elemento que dinamiza e particulariza os discursos desses noticiários, indicando o suspense e o medo. (BORGES, 2002, p.106)

Borges (2002) afirma que os cenários de programas de Jornalismo Policial não são ingênuos, pois eles apresentam um formato específico de programas de auditório. Contendo um espaçoso ambiente para que o apresentador possa se locomover e gesticular sem restrições, assim ponderando nas suas gesticulações e ritmo ao caminhar quais serão as cargas emotivas de cada notícia. Alguns possuem uma plateia, onde o apresentador pode interagir de forma direta, dando a sensação que o contato com o telespectador é instantâneo. Assim, os gestos do apresentador, posições corporais, o tom e impositação da voz, suas vestes e penteado, proporcionam novos significados aos casos apresentados.

É feita uma comparação dos apresentadores de Jornalismo Policial com pastores que possuem programas televisivos, Klein (2006, p.177): pondera, “Nada é sutil aos sentidos da visão e da audição: os gestos e a movimentação corporal devem ser bastante visíveis, [...] a voz do pregador se eleva, retumba, repercute taticamente em nossa pele”.

Os enquadramentos que o Jornalismo Policial direcionada em suas abordagens é realizado de forma totalmente articulada:

As imagens são produzidas em *plano geral* (PG) com foco voltado para aspectos decisivos na trama narrativa (como vestígios de sangue, cartuchos de bala, corpos com as vísceras expostas, cicatrizes que marcam rostos etc.); nesse momento recursos como o *primeiro plano* (PP), *primeiríssimo plano* (PPP) e *close up* são bastante utilizados. O movimento de câmera se pretende correlato às conturbações e contratempos que ela capta. Assuntos e fatos violentos, por exemplo, são construídos, do ponto de vista da imagem, de forma caótica. (BORGES, 2002, p.107)

Outro método muito usado no Jornalismo Policial é o depoimento de autoridades. De acordo com Periago (2004), é um modo do repórter provar que realizou

uma pesquisa correta e trouxe especialistas do assunto para legitimizar seu trabalho, dando mais credibilidade para a reportagem. Assim, através da fala das fontes especializadas os programas certificam suas percepções sobre a abordagem apresentada, demonstrando aos telespectadores que seu posicionamento tem fundamento, logo, é de confiança.

2.2 A violência reverberada nas mídias sociais

Como abordado no capítulo anterior sobre Violência, Paviani (2016) afirma que a violência pode se manifestar de várias formas, tanto através da força física ou da violência moral. Ainda acrescenta que a violência acontece quando alguma ação impossibilita a reação do outro, o tornando estático e incapaz o indivíduo que a recebe. Mariano (2001) classifica a violência quando há a “divulgação”, que é a multiplicação das ações e situações violentas de forma resistente, isso é notório quando a propagação de discurso de ódio nas vinculações na internet.

A violência verbal é uma conduta agressiva, ela é definida através de palavras destrutivas, que têm como objetivo ridicularizar, ameaçar e manipular a vítima. Esse tipo de violência causa uma série de problemas psicológicos na vítima. O alastramento de correntes de ódio é outra maneira de violência, pois manifesta o ódio, desrespeitam determinados grupos, que são ligados à religião, gênero, orientação sexual, etc.

Um exemplo que pode se dar referente a participação popular como decorrência de uma abordagem sensacionalista dos meios de comunicação é o assassinato de Isabela Nardoni. O caso trata-se da morte da menina brasileira Isabella de Oliveira Nardoni, de cinco anos de idade, que foi jogada do sexto andar, em São Paulo, na noite de 29 de março de 2008. O pai e madrasta foram os executores do crime e os dois foram condenados. A repercussão que o caso teve foi intensa, por se tratar de um crime que ocorreu de maneira brutal.

A abordagem classificada como sensacionalista acerca do caso da menina Isabela Nardoni faz parte da ação da mídia referente à desmoralização pública, conforme Lazarsfeld e Merton (in Lima, 2005, p.118) declaram que pode despertar e dirigir a atenção de uma cidadania apática, até então indiferente à corrupção reinante por demais familiar, para alguns casos que sejam dramaticamente simplificados”.

O crime despertou a curiosidade popular o que causou em grande parte comoção e a produção de intervenções efetivas. A sensibilização do público aconteceu na porta da delegacia, no prédio onde as pessoas envolvidas residiam. Mas, predominantemente foi na internet, através dos sites de relacionamento que ocorrem essas ações. Na época, por exemplo, no *Orkut* foram criadas mais de 1000 comunidades referentes à Isabela Nardoni, o mesmo número de vídeos foram encontrados no site *YouTube*. Essas manifestações mostram a sensibilização do público, protestando por justiça, argumentam quem é o assassino, fazem homenagens á vítima e abaixo-assinados em combate à violência.

Ao ser pensada pelo viés da violência, a sociedade brasileira se tem revelado mais exigente, mais organizada e pronta a reivindicar o fim da impunidade e a vigência de padrões mais solidários de relações e interações sociais. Em contrapartida às reiteradas manifestações de violência, tem havido crescente mobilização da sociedade civil em prol da não violência e, portanto, da paz. (PORTO, 2002, p.3)

A curiosidade não é o único fator onde o público esta a favor da vítima, mas explica-se principalmente por causa de uma revolta descontente acerca da violência humana, que justificável através da ética social. Pois acontece o envolvimento do público com a vítima, assim, as pessoas em coletivo opinam e protestam na tentativa de soluções.

Esse tema é abordado nesse Trabalho de Conclusão de Curso através dos vídeos que foram analisados sobre o caso da Isabela Miranda. Onde a violência verbal e o alastramento de correntes de ódio estão presentes nas produções realizadas sobre o caso da jovem, mas não é analisada especificamente a circulação dos comentários em si.

As mídias sociais tiveram grande influência no cotidiano das pessoas, modificando a maneira como elas se relacionam, constroem e compreendem princípios e até mesmo como idealizam conceitos e perceptivas. Elas não apenas representam essas redes, mas persuadem na sua criação assim, a movimentação de informação que transitam nessas mídias (RECUERO, 2012).

As ações de um usuário em uma rede social online podem ser analisadas como um agrupamento de informações que podem ser manipulados, mobilizados, transportados, ou até mesmo vendidas.

O ator é um objeto desagregado dos indivíduos que o desenvolvem e está em constante processo de construção. O ator gera um perfil com o objetivo de

auxiliar na assimilação que os outros atores possuem dele, e no modo com que esses atores irão julgar suas interações na rede social (SOUSA; BRAGA, 2013 n.p)

Herring (2001, p. 612) descreve o discurso feito através do computador como a “comunicação produzida quando seres humanos interagem uns com os outros através da transmissão de mensagens pelas redes de computadores”. A autora explica que essas mensagens possuem consequências nos sujeitos, estes que também são afetados pelas adaptações desses indivíduos nos meios de comunicação. Estudar a linguagem *on-line* é refletir sobre o uso do vocabulário e idealização de conteúdos em lugares distintos, essas adequações também podem acarretar em condutas distintas, inclusive violentas e ofensivas, como a representação da violência *on-line*.

A facilidade de pessoas, ONGs e movimentos sociais transformar-se em emissores de conteúdo retrata uma grande capacidade de transformação que a internet pode possibilitar. Dessa maneira, a sociabilização do acesso à internet revela a necessidade de quebrar limitações que dificultam o exercício desenvolvido da cidadania com igualdade e liberdade. A alternativa das informações serem compartilhadas e o referente anonimato que a rede oportuniza, propiciam que alguns indivíduos e grupos tornem públicas suas concepções e ideias.

Um grupo de pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (REIS et al., 2016) criou uma experimentação que tinha como objetivo analisar a repercussão do anonimato em comentários de notícias *on-line*. Foram examinados dois grupos de comentários, aqueles realizados por usuários anônimos do Jornal Reuters e outros feitos por usuários do Facebook. Foram usadas ferramentas de investigação para identificar a natureza dos textos, onde foi verificado que mais da metade dos comentários anônimos possuíam natureza negativa.

De acordo com Rosane Leal da Silva et al (SILVA et al., 2011), o "discurso de ódio" é definido por duas partes. A primeira trata-se de difamar a integridade de um específico grupo de pessoas referente a características que elas apresentam em comum. A segunda parte seria conduzida a outras pessoas que não estão vinculadas ao grupo dos ofendidos pelo discurso, com o propósito de incentivá-los a entrarem, assim aumentando o alcance e os impactos desse discurso.

O discurso do ódio refere-se a palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas (SILVA et al., 2011 apud BRUGGER, 2007, p.118).

Normalmente ligado a eventos de conflito, “o discurso de incitação do ódio tende a diminuir a autoestima das vítimas, impedindo assim a sua integral participação em várias atividades da sociedade civil, incluindo o debate público” (FISS, 2005, p. 47). O discurso de ódio pode ocorrer tanto nos espaços online quanto nos *off-line*. Quando algum indivíduo espalha o ódio ao falar mal de outros sujeitos através da internet, há a conduta dos denominados “*haters*”, conforme Amaral e Monteiro (2013). Os “odiadores”, como são intitulados, dispõem do acesso à internet de maneira facilitada e propagam o ódio em publicações nas redes sociais ou em sites. Devido o crescimento dessas manifestações de ódio nas mídias sociais, nasce uma problemática social que impulsiona a exibição de estigmas sociais (GOFFMANN, 2008), já que, em inúmeras ocasiões, esses discursos estão carregados de violência e preconceito.

Nessa perspectiva, Meyer-Pflug (2009, p. 97) define que o discurso de ódio revelado por meio da internet “consiste na manifestação de ideias que incitam à discriminação racial, social ou religiosa em relação a determinados grupos, na maioria das vezes, as minorias”. A autora também reforça que essas mensagens têm como objetivo intencional de inferiorizar determinado grupo de indivíduos, onde a dignidade do receptor é violada pelo emissor. Desse modo, manifesta-se o ódio como modo de expressão do sujeito através da internet.

O modo mais comum de reconhecimento do discurso de ódio aplicado em distintas mídias sociais é o procedimento de denúncias, no qual os usuários classificam o conteúdo gerado por outros usuários, investigando se esse conteúdo viola os termos de uso da mídia social. Além desse recurso, os usuários podem utilizar ferramentas existentes pela própria mídia social para exibir a um número grandioso de pessoas o conteúdo envolvendo discurso de ódio, com o intuito de expor a conduta negativa e alertar as pessoas de que aquilo é errôneo.

A violência nas mídias sociais acontece também pela forma de organização dos conteúdos postados, dentre os materiais analisados para esse trabalho, observamos que alguns deles não tratam o assassinato brutal da jovem Isabela como um caso sério e digno de respeito e atenção. Há até mesmo um certo deboche por parte daqueles que

postam conteúdos e também pelos seus seguidores, já que os comentários vão adotar um tom de quase sarcasmo, ignorando o sofrimento e a gravidade do acontecimento, assim é como se a vítima não existisse, e isso se reflete nos comentários. Devemos lembrar que a violência nem sempre é expressa como tal, às vezes a violência aparece através do desprezo, de ações de isolamento do outro, de modos de tratar o outro com insignificância ou até uma visão grotesca sobre a morte de alguém.

3 . A COBERTURA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO JORNALISMO

Esse capítulo aborda como é realizada a cobertura da violência contra a mulher no jornalismo, o quanto o jornalismo tem importância em abrir debate sobre a violência de gênero, e muitas vezes esse espaço não é aproveitado. Pois muitas vezes as abordagens sobre violência contra mulher apenas tem o contexto policial, transformando o feminicídio em uma trama e encenação, assim perdendo toda a visibilidade sobre o tema.

3 . 1 Representação da violência no jornalismo

Apesar de atualmente haver maior divulgação, na mídia, de casos de violência contra mulher, ainda há problemas de abordagem, relacionados ao fato de que os meios de comunicação têm uma ligação com o poder estabelecido e com a moral da sociedade. Desde a primeira metade do século XX, Walter Benjamin (1994) apontava que nos jornais há muito mais julgamento do que propriamente descrição da violência. Assim, muitas vezes invertendo os papéis, onde a vítima se torna a culpada do caso. Neste aspecto, a mídia (em particular o jornalismo) tem um papel fundamental, pois é capaz de denunciar, apontar soluções e, além disso, causar um debate a respeito da temática, como analisa Soares (2007).

O jornalismo tem o poder de escolha sobre o que se reconhece como crime, expandindo ou estreitando os limites investigativos que o definem. “Pode, em síntese, alterar as sensibilidades diante do crime e da violência” (ROLIM, 2006, p.198). No Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros – Fenaj a legislação prevê, que o jornalismo atue pela promoção dos direitos dos cidadãos, sobretudo idosos, crianças, mulheres e minorias. E que deve evitar abordagens mórbidas e sensacionalistas.

Para Ramos e Paiva (2007, p.13), é uma grande dificuldade “formar uma imprensa capacitada a analisar o contexto da criminalidade e da segurança pública em toda a sua complexidade, livre de preconceitos e determinada a proteger os direitos humanos é estratégico para a evolução do Brasil no setor”.

Quando os direitos humanos não são respeitados, as mídias podem estabelecer uma cumplicidade com os agressores ou um modelo moral que torne justificável a

violência à mulher, ignorando e até propagando elementos de violência simbólica. Bourdieu (1999) define a violência simbólica como uma relação velada de submissão, sendo por consenso ou por força, sem que os dominados identifiquem o lado abusivo do poder.

Dessa maneira, a violência simbólica funcionaria como a naturalização/subjetivação das condições objetivas. Hanks (2008), afirma que a violência simbólica é uma relação estrutural, não ligada diretamente aos atos violentos com intuito de gerá-los. A mulher então é classificada, avaliada, estereotipada ou descrita a partir das relações estabelecidas na relação dominado-dominante, assim tornando objeto da violência simbólica.

A violência de gênero perturba e destrói a vida de muitas mulheres, é um problema que provoca consequências no convívio social. A maneira que os meios de comunicação retratam essa violência pode alavancar essa violência de gênero, ou justificar os casos.

Souza de Jesus (2018) analisa que ocorre uma romantização da violência contra a mulher no portal de notícias G1. Em sua pesquisa, Souza de Jesus utiliza a análise de conteúdo, tendo coletado 146 matérias sobre feminicídios. Dentre as matérias, 63 faziam uso de termos romantizadores e somente dez traziam o termo feminicídio, ainda assim ausente de qualquer problematização ou conscientização sobre o assunto.

Souza de Jesus escolheu o portal de notícias G1, que pertence ao Grupo Globo de Comunicação, que conforme uma pesquisa realizada pelo Digital News Report. O G1 (junto com UOL e O Globo) é um dos três portais de notícias mais acessados por brasileiros que consomem notícias pela internet, tendo cerca de 510,4 milhões de acessos por mês, o que comprova a influência do portal no cotidiano das pessoas. Com sua pesquisa, Souza de Jesus concluiu que o jornalismo possui o poder de renovar os valores atuais na sociedade.

De acordo com a pesquisa, o jornalismo não entende esses assassinatos como uma problemática social, contribuindo assim para a conservação de um sistema de dominação masculina em relação às mulheres. Ao produzir um texto em que são usadas expressões associadas a percepção social do amor sendo a motivação para o assassinato, ao evidenciar informações a respeito da conduta social ou relações anteriores da vítima

com o feminicida, o jornalismo acaba justificando a morte daquela mulher e muitas vezes até deposita nela a culpa pela sua morte.

Lima (2012) analisa que abordagens de casos de violência que realizam questionamentos sobre direitos humanos auxiliam na superação do problema. E as mídias têm seu papel primordial em relação à divulgação de acontecimentos, fatos, ideias, pensamentos, de observações do contexto social, que é reproduzido em tudo o que é veiculado pelos instrumentos de comunicação. Por conta deste alcance, a mídia pode contribuir para o desraizamento da violência doméstica contra mulheres no Brasil.

De acordo com uma pesquisa feita pelo Instituto Patrícia Galvão (BRASIL, 2011, p. 3-4) apresentou sobre o comportamento da mídia sobre o tema:

A principal característica da cobertura sobre violência contra as mulheres é a individualização do problema: 73,78% das notícias analisadas trazem esse enfoque. Ou seja, o noticiário se limita a abordagem de casos pessoais, em detrimento de uma perspectiva que contemple a dimensão pública da questão, exigindo respostas das diferentes instâncias do Estado e da própria sociedade. Ao abordar a violência contra a mulher sob uma perspectiva individualizada e policial, a maioria dos veículos tratou o problema de forma descontextualizada das esferas de governo e dos esforços empreendidos – ou não – para gerar soluções diante da questão. No conjunto das matérias analisadas, pouco mais de 13% do enquadramento principal está relacionado ao Estado e suas ações para a prevenção e combate ao crime.

Ramos e Paiva (2007) refletem que a abordagem dada às coberturas policiais ainda são muito rasas, relatando apenas o fato em si, evitando um debate mais profundo sobre prevenção e consequências.

Predomina no dia a dia da cobertura um tratamento superficial, que revela um investimento ainda pequeno nas redações em retratar o setor com a importância que ele tem. Assim, vive-se uma contradição: enquanto a mídia denuncia a gravidade da crise da segurança pública no país, abdica do papel de tomar a dianteira no debate sobre o tema – o que poderia motivar ações do Estado mais eficazes e abrangentes. (RAMOS, PAIVA, 2007, p. 25)

O tratamento em relação a esta temática ainda é feito de forma escassa nos meios de comunicação. O que seria um auxílio essencialmente positivo para toda a sociedade, como o conhecimento sobre o assunto e do entendimento dos direitos garantidos às mulheres que se encontram em condição de violência e ainda sobre as penas destinadas aos agressores segundo a legislação brasileira, assim tornando-se muitas vezes, ofuscada pelo sensacionalismo nas publicações de notícias jornalísticas,

prejudicando a abordagem do tema de forma consciente, assim ajudando na discussão de violência contra mulher, e tentar diminuir esses números.

Mota observa que o enquadramento dos casos como feminicídio também tem um papel no reconhecimento do problema social da violência contra a mulher. E a violência doméstica vai adquirindo cada vez mais uma dimensão pública. E também passa a fazer parte de conteúdos nas media. A mídia nacional tem veiculado casos de violência e de assassinatos de mulheres homens que chocam por sua brutalidade e pela comoção gerada.

Nem todos os crimes de assassinatos de mulheres são vinculados em notícias de jornais, como mostra Mota (2010) apurando que 541 dos crimes registrados no Instituto Médico Legal do Ceará entre 2002 e 2006, somente 259 foram noticiados nos jornais locais. Referente aos dados apurados nessas notícias é imprevisível, não há uma padronização.

É possível encontrar notícias com todas as referências para averiguar o caráter do crime, dados pessoais da vítima e do criminoso, histórico do casal com antecessores, as circunstâncias e motivos do crime, qual o tipo de relacionamento entre vítima e abusador, ferimentos causados no corpo da mulher, e punições policiais em andamento. Em algumas notícias a única informação dada é que o corpo de uma mulher foi “encontrado” em algum lugar e nada mais.

Somente uma pequena porcentagem das notícias contém informações que possibilitam uma investigação na questão de gênero. A imprensa jornalística deveria se preocupar em realizar uma cobertura desses crimes contra mulheres, e superar a ideia sensacionalista, assumindo o compromisso em realizar um jornalismo especializado e comprometido com a discussão da temática, adquirindo conhecimento crítico e de consciência social.

3.2 Preponderância da fonte policial

Observamos no jornalismo que até mesmo quando existem fontes associadas a uma vítima fatal, que poderiam auxiliar no relato, a tônica policial exerce um poder sobre a estrutura organizativa. Assim, mesmo que outras pessoas falem, o relato da polícia organiza a fala destas outras pessoas.

O grande desafio do jornalismo policial é ir além dos boletins que apenas mostram o lado policial. Ramos e Paiva (2007, p. 39) evidenciam que “a ausência de muitos tipos de fontes acaba por gerar uma cobertura pouco diversificada”. Nessa restrição é possível que a concepção da polícia sobre os crimes apresentados no jornal seja dominante

O autoritarismo institucional acentuou a limitação de vozes no circuito da comunicação coletiva. Como não podia deixar de ser, a pluralidade de pontos de vista foi negada à sociedade brasileira através do grande sistema da indústria cultural, ou pela censura explícita ou pela autocensura implícita nos meios de comunicação dependentes do beneplácito econômico (publicidade das estatais) ou político (no caso das concessões dos meios eletrônicos). (MEDINA, 1996, p. 35)

Moura (2007, p.140) afirma que “no espaço do jornal, o discurso é constituído pela fala quase exclusiva da polícia. A versão da notícia é praticamente uma cópia do boletim de ocorrência”. Moretzsohn (2007, p. 187) utiliza a expressão “jornalismo de ‘mãos limpas’, que se trata do jornalista que investiga as fontes, descreve os fatos e “lava as mãos”. Porém, na concepção da autora, essas mãos permanecem sujas. Pena (2012, p.53) reconhece que “[...] tirar conclusões com base em números é uma das formas mais simplistas de aplicar o conceito de objetividade”. Pena (2008, p. 15) ainda acrescenta que “é preciso criar alternativas, ouvir o cidadão comum, a fonte anônima, as lacunas, os pontos de vista que nunca foram abordados”.

De acordo com Fuccia (2008, p. 25), “o leque de conhecimentos do repórter policial deve ser amplo. Não basta saber quem é o diretor do Instituto de Médico-Legal (IML) e a ele ter acesso”. Uma das grandes adversidades do jornalismo policial é direcionar o caso de violência como uma problemática de violência urbana, através da contextualização do acontecimento e o questionamento constante sobre os fatos. E não representar o caso apenas como uma mera morte a partir dos dados obtidos pela polícia.

O que se nota no jornalismo policial é que as mortes não possuem história. As pessoas simplesmente morrem e muitas vezes essas vítimas nem foram notadas como indivíduos portadores de direitos pela imprensa. A ausência da humanização no jornalismo policial torna-se banais as situações de violência que aumentam cada vez mais no Brasil. De acordo com Brum (2015) “há um morto na cena do crime. Mas, esvaziado de humanidade, ninguém parece reconhecê-lo”. Sempre que o jornalismo

referir-se uma morte como apenas uma mera morte, não terá espaço para o progresso nas políticas públicas sociais.

Uma das críticas mais comuns à polícia é a de que ela corre atrás do crime, sem capacidade de preveni-lo com planejamento e inteligência. A cobertura jornalística, mesmo a dos melhores jornais do país, padece em certa medida dos mesmos problemas. Na maior parte do tempo, ela corre atrás da notícia do crime já ocorrido ou das ações policiais já executadas, mas tem pouca iniciativa e usa timidamente a sua enorme capacidade de pautar um debate público consistente sobre o setor. A despeito dos avanços evidentes ocorridos nos últimos anos, predomina no dia a dia da cobertura um tratamento superficial, que revela um investimento ainda pequeno das redações em retratar o setor com a importância que ele tem. (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 25-26).

É muito mais cômodo e fácil para os repórteres publicarem as “verdades prontas” ditas pela polícia. Falta investigação e apuração para saber quem eram as vítimas e toda a abordagem sobre os contextos da violência sofrida. No Brasil, de acordo com Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), somente 8% dos casos de homicídio são resolvidos. Entre essas ocorrências, na maioria das vezes, trata-se a crimes que tiveram reprodução na imprensa. Essa estimativa sugere que a imprensa, diretamente ou indiretamente, colabora com o crescimento da impunidade no Brasil, quando não há a devida abordagem sobre o caso.

Nota-se que no jornalismo policial que a grande característica é a superficialidade dos dados na maneira como chegam ao telespectador. Exceto alguns casos, são reportagens superficiais sobre temas sérios e de relevância pública. “Em se tratando da crônica policial, o grau de liberdade deve ser ainda maior, porque os temas abordados são histórias humanas, que chocam, comovem, revoltam e despertam os mais fortes sentimentos [...]”. (FUCCIA, 2008, p.19).

Diante disso, o jornalismo policial requer uma postura característica do repórter que realiza as reportagens dessa editoria. Kotscho (1989, p. 58) evidencia que “não se trata simplesmente de registrar o fato, como um prolongamento dos boletins de ocorrência da própria polícia, mas de ir fundo nas buscas das suas causas e consequências”. Segundo Barcellos (2004, p. 89) o boletim de ocorrência é conceituado como “um documento público onde os policiais civis são obrigados a registrar os dados principais dos crimes ocorridos em sua jurisdição, baseados nos relatos das

testemunhas”, e na maioria das vezes é apenas essa perceptiva que é abordada nas notícias que são produzidas acerca da violência.

3.3 Dramatização e encenação

Ao tratar de histórias de violência, é comum que em programas policiais o jornalista modifica o tom da sua voz, utilize da sua presença de repórter como uma ação no contexto narrativo, fazendo uso do seu corpo e gestos. Tais dimensões da atuação transitam entre áreas que são consideradas pelos estudiosos de televisão como dramatização e encenação. Em alguma medida, este tipo de ação acontece também em mídias impressas e online sem vídeo, quando o repórter busca colocar-se como ora isento e ora coordenador das falas projetadas. Daí que sua seleção de imagem, de título e de formato está diretamente ligada a este papel de encenar casos abordados.

O jornalismo e o drama, enquanto categoria teatral possuem origens parecidas. Os dois nasceram no século XVIII e no século seguinte se estabilizaram. Surgiram através da revolução burguesa, tendo influências dos princípios iluministas, assim mantendo responsabilidade com o anseio do realismo e da verdade em contexto social. Nesse sentido, encontra-se o docudrama que é muito produzido nos dias atuais.

O docudrama é um documentário melodramado, que contém atores que atuam como personagens reais, fazendo a reconstrução de crimes, representando a história de indivíduos ou dando visibilidade a determinado conteúdo. A temática mais debatida nos docudramas está relacionada a assuntos policiais, tais como homicídio qualificado, os crimes de extermínio, o latrocínio, a extorsão qualificada pela morte, a extorsão mediante sequestro e na forma qualificada, o estupro, falsificação, corrupção, adulteração ou alteração, mortes, acidentes, violações penais, ocorrências policiais etc.

Ao abordar sobre questões que tem relação principalmente relacionada a dramas que afligem os humanos, os docudramas buscam fomentar um toque dramático a mais nas suas apresentações. O produtor chileno Valério Fuenzalida relata que o conceito mais aceito do docudrama é a "hibridização entre o gênero informacional (que documenta um núcleo ocorrido apoiado em fatos sobre temáticas com desventuras cotidianas) e uma representação ficcional feita por atores” (FUENZALIDA, 2008, p.160).

A estrutura da configuração do docudrama segue alguns princípios que são característicos ao gênero como “fatos transformados em tramas, uso de locução off, atores não conhecidos do grande público, mas parecidos fisicamente com as pessoas retratadas, intensa carga dramática com forte apelo moral” (SANTOS, 2009, p. 3). O autor também apresenta que o docudrama possui uma ligação híbrida junto com o documentário, visto que, o gênero utiliza depoimentos, fotos de acervo, registros em VHS, entrevista com a família e o uso de atores que não são de grande visibilidade pelo público. A credibilidade e a veracidade dos casos ficcionais resultam do uso destes recursos que apontam a realidade do caso.

O padrão do docudrama engloba um apresentador que discursa geralmente na 3ª pessoa. Santos (2008) informa que o conteúdo jornalístico procura ser objetivo a fim de que a história contada seja consumida de forma imparcial. Porém, o autor admite que esta “objetividade” é uma utopia, porque o emissor sempre vai comandar o receptor para o entendimento do enunciado. Este método jornalístico ocorre com o recurso discursivo em 3ª pessoa.

É muito comum nas abordagens encontradas sobre feminicídio que os meios de comunicação façam uso de dramatização e encenação sobre o fato. Conforme Angrimani, uma teoria da razão porque há tanto interesse na espetacularização da morte está diretamente ligado à linguagem, pois o sensacionalismo procura produzir um texto atraente e com fotos enfáticas, justamente para provocar sensações no leitor. Segundo a autora, a vantagem perante a morte é independente da condição econômica ou cultural do leitor. A principal distinção, portanto, consiste no estilo editorial utilizado.

Angrimani (1995, p. 14) menciona algumas “regras definidoras da prática ou do modo sensacionalista de produção do discurso de informação no jornalismo diário” que são utilizadas como exemplos dessa abordagem catártica. Conforme ela, são características que constituem uma narrativa sensacionalista: o enaltecimento da emoção em desvantagem da informação, a vantagem do extraordinário e do vulgar de maneira espetacular e desmedida, a redução de elementos importantes e adição ou invenção de termos ou acontecimentos, o evidência de fatos insignificantes, dúbios, supérfluos ou insinuantes, entre outros.

A narrativa (sensacionalista) transporta o leitor; é como se ele estivesse lá, junto ao estuprador, ao assassino, ao macumbeiro, ao sequestrador, sentido as

mesmas emoções. Essa narrativa delega sensações por procuração, porque a interiorização, a participação e o reconhecimento desses papéis, tornam o mundo da contravenção subjetivamente real para o leitor. A humanização do relato faz com que o leitor reviva o acontecimento como se fosse ele o próprio autor do que está sendo narrado. (ANGRIMANI, 1995, p.17)

Essa linguagem é caracterizada através do uso constante e sem moderação do clichê, em contraste à neutralidade, procura estimular o sentimento, comoção do público da catarse a fim de provocar impacto. Essa abordagem resulta em uma apelação que é explicitada através do interesse pelo verbalismo no qual a cultura brasileira é historicamente associada (SODRÉ, 1972, p. 33).

O sensacionalismo, o qual tem tanta discussão sobre seu uso nas abordagens jornalísticas, de acordo com Angrimani (1995, p. 14), “é confundido não só com qualificativos editoriais como audácia, irreverência, questionamento, mas também com imprecisão, erro na apuração, distorção, deturpação, editorial agressivo”. Os autores apresentam que se pode produzir um jornalismo policial sem as características do sensacionalismo, o qual intensifica a dor para os familiares e as vítimas.

Santos (2015) afirma que “é notório que, por vezes, o jornalista abusa do poder de informar e provoca o sensacionalismo dos fatos a fim ter mais audiência e lucro. O resultado é um desrespeito aos direitos fundamentais do suspeito de praticar um crime”. O profissional deve ter a consciência quando tratar sobre violência, ter cuidado ao pronunciar sobre as vítimas, estas vivas ou mortas.

Os mesmos cuidados mantidos para se realizar uma boa reportagem devem estar na cabeça, no coração e nas mãos dos jornalistas na produção noticiosa diária, principalmente nessa mudança de paradigma do consumo da notícia, baseado fortemente nas redes sociais (onde qualquer pessoas, em três linhas, dar conta da divulgação de uma notícia). É preciso também perceber que até mesmo a justificativa da pressa e da falta de tempo tem seus limites. (MORAES, 2015, p. 218).

Segundo Rodrigues (2002, p.83), “mais do que qualquer outra editoria, a de polícia exige apreço sistemático pela exatidão de dados e informações, para evitar desastres provocados por nomes trocados e inocentes incriminados”. O jornalista policial deve ter sagacidade e perspicácia para não aceitar imediatamente as declarações que foram emitidas. No entanto, o que é visto na prática jornalística, são os repórteres apresentando uma cobertura policial, totalmente sem as técnicas jornalísticas, assim

cometendo erros graves. “Se o sensacionalismo jornalístico fosse motivo de punição (por si só) muitas grades de emissoras de televisão e radiodifusão estariam desfalcadas de programas que lhes rendem enorme audiência”. (COELHO, 2012).

A ação do jornalismo é decisiva para a construção do enquadramento da narrativa. Assim, quando vemos telejornais que encenam o caso (e tomam a polícia como voz condutora), é comum que haja um reabastecimento de canais não necessariamente jornalísticos, mas que tratam de informações e serviços.

3.4 Culpabilização da vítima

Observamos pelo caso analisado neste trabalho que mesmo que haja um corpo morto, vítima de assassinato, o gênero serve como categoria interpretativa. Assim, observamos o que pode ser chamado de culpabilização da vítima. Com isso, assume uma versão dos fatos que por vezes coloca a vítima na condição de merecedora do sofrimento.

O livro “Feminicídio: #InvisibilidadeMata”, elaborado pelo Instituto Patrícia Galvão, realiza uma análise de como esse crime é realizado no Brasil, contendo um estudo a respeito de alguns padrões refletidos pela cobertura policial. De acordo com as organizadoras Prado e Sanematsu (2017), é habitual nessas matérias mostrarem ocorrências pontuais de assassinatos de mulheres, sobretudo quando contém brutalidade, sem relacionar o caso ou fornecer mais informações. Também é muito corriqueiro justificar que o agressor estava comportando-se sob “loucura” ou “doença”.

Alguns dos principais padrões apontados no livro como regularmente usados nas coberturas são: a ausência de referências sobre o histórico de agressividade sofrido pela vítima; um elevado número de explicações do homicídio tratando como “crimes passionais” ou “ciúme”, em desconsideração do termo “feminicídio”; a escassez de publicações contendo informações de serviços que amparem mulheres que estão em estado de violência doméstica, além disto, das leis que as defendem dessa situação; não reconhecimento do agressor, mesmo quando confessou sobre o crime; predomínio de fontes policiais nas reportagens, quando poderiam ter a percepção também de promotores e juízes, ou até então de responsáveis pelas políticas públicas; a

revitimização, no momento em que a vítima é culpabilizada da violência que passou estimulando estereótipos sobre valores de gênero e estereótipos que são atribuídos as mulheres.

Os estereótipos de gênero estabelecem que os polos se opõem e a mulher é imposta como a causadora pela violência sofrida. Tenta-se então delimitar a mulher nos padrões de gênero, indagar se ela era uma boa mãe, uma mulher direita, como estava vestida, por onde andava e à que horas, se estava bêbada, etc (PRADO, SANEMATSU, 2017).

Desse jeito, essa problemática na cobertura dos feminicídios acaba amenizando a seriedade do crime, quando o feminicídio não é visto como efeito de um método de violência. Essas práticas ainda são frequentes na cobertura jornalística policial reforçando assim as atitudes violentas e enfatizam estereótipos “usados para inverter a culpa pelo crime, colocando sobre as vítimas a responsabilidade pela violência que sofreram quando elas não se enquadram nesses estereótipos” (Ibid., p. 149).

Um acusado divulgado ao sensacionalismo, característica específica do contexto noticioso episódico (IYENGAR, 1991), causando um modo de diminuição do outro, visto que, o leitor não respeita pessoas que não conhece o caráter.

E com isso, se olvida que o crime é um fenômeno social, do qual todos, sem exceção, estamos sujeitos, mas que, erroneamente, as pessoas ditas de bem só admitem experimentar na condição de vítima, nunca na de acusado, pensamento que cria estereótipos, pelos quais o delinquente em regra é um estranho, enquanto a vítima é apresentada como um ser indefeso. A identificação com a vítima e o asco pelo acusado são efeitos do enquadramento noticioso episódico (LIRA, 2014, p. 100).

A fundamental consequência dessa abordagem dada pelos jornais às notícias de sobre crimes é a culpabilização do suspeito de maneira que seja rotulado como “monstro” pelo leitor, intensificando a cultura do punitivismo. Porém, esse movimento é oposto quando a imprensa sensacionalista aborda sobre feminicídio, pois ao invés do leitor se reconhecer com a vítima e culpabilizar somente o acusado, acontece a naturalização da violência, onde ocorre a culpabilização da mulher, reforçando estereótipos de gênero e uma super exibição da vítima tentando justificar um feminicídio (PRADO, SANEMATSU, 2017)

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS SOBRE A ABORDAGEM DO CASO DE FEMINICÍDIO

Esse capítulo discorre sobre a seleção do caso da jovem Isabela Miranda de Oliveira, relata sobre os programas jornalísticos e suas características. Os conteúdos não jornalísticos também são abordados e sobre a proporção que qualquer indivíduo pode produzir conteúdo e colocar na rede, nesse caso no *YouTube* e as particularidades de sua linguagem.

4.1 Seleção do caso

Isabela Miranda de Oliveira de 19 anos foi estuprada, espancada e queimada viva na mesma semana em que se “comemora” o Dia da Mulher e apenas uma semana antes de completar 20 anos. Isabela cursava Administração de Empresas e namorava Willian Felipe Alves, um jovem de 21 anos.

A jovem que não tinha o hábito de consumir bebidas alcoólicas estava passando o Carnaval em Franco da Rocha, na Grande São Paulo, juntamente com o namorado e amigos e participava de uma brincadeira que envolvia ingerir bebidas alcoólicas, depois a vítima passou mal e foi levada desacordada para um quarto. Enquanto estava inconsciente, Isabela foi estuprada pelo próprio cunhado. O namorado da vítima ao presenciar o estupro a espancou e depois ateou fogo nela, causando sua morte.

Outras pessoas que participavam do churrasco ouviram as agressões e interferiram, resgatando a universitária do espancamento. Isabela foi trancada em um banheiro para que Willian não a matasse, mas o namorado colocou fogo em pedaços de plástico, empurrando-os para dentro do banheiro. Sob o risco de morrer asfixiada, Isabela saiu do banheiro e, então, foi surpreendida por um colchão em chamas.

A jovem chegou a ser socorrida até o hospital, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP) a estudante teve mais de 80% do corpo queimado e não resistiu aos ferimentos. O crime aconteceu na madrugada do dia 3 de Março, e a jovem faleceu no dia 8 de Março.

Willian Felipe Alves foi preso em flagrante ainda no local. Ele responderá por feminicídio. O cunhado, que não teve seu nome revelado, alega não lembrar do que aconteceu e responde pelo crime de estupro, mas em liberdade.

O crime foi repercutido em vários canais de comunicação, na grande maioria das abordagens não é relatado o feminicídio, e há justificção do crime como se Isabela tivesse traído o namorado com o cunhado. Foi escolhido justamente este caso pela transmissão equivocada do crime. Como analisado nos matérias jornalísticos e não jornalísticos sobre o caso de Isabela.

Foram selecionados para essa análise quatro vídeos, dois destes são de empresas telejornalísticas brasileiras: Brasil Urgente que pertence a Band, o outro é Balanço Geral que pertence a emissora RecordTv. Foram escolhidos esses canais, justamente pela abordagem equivocada que realizaram acerca do feminicídio de Isabela. Os vídeos não jornalísticos são dos canais “Antenado News” e outro intitulado como “jornalista Fernando Martins” foram selecionados através do *Youtube*. Os vídeos mereciam uma análise pela maneira dramática e encenada que foi abordada a morte de Isabela, transformando toda a violência que a vítima sofreu em um espetáculo para o público.

Os portais analisados foram o G1 e Regional News. Foi escolhido estes portais, pois o G1 foi o que trouxe uma reportagem mais completa (multimídia) sobre o caso, e o Regional News por ser o portal que abrange a cidade de Franco da Rocha, local onde aconteceu o feminicídio de Isabela. Nos dois casos, a produção jornalística aconteceu de maneira inadequada.

4.2 Observação de programas policiais

Foram selecionados os programas Balanço Geral, Brasil Urgente por apresentarem uma linguagem televisiva que contém apelo retórico e forte poder argumentativo nos comentários feitos pelos apresentadores. O ponto de ligação entre os programas está na vinculação entre o jornalismo e violência, configurando-os assim enquanto pertencentes ao subgênero televisivo do jornalismo policial.

Um dos vídeos analisados neste Trabalho de Conclusão de Curso é do telejornal Brasil Urgente, que pertence ao grupo Rede Bandeirantes de Televisão, é veiculado de

segunda-feira a sexta-feira, no horário das 16h00 às 19h15, é um dos programas mais visto da grade horária da Rede Bandeirantes.

Dados da audiência do programa com base no ranking consolidado, no período de 04/11 a 10/11/2019, obtendo um percentual de 2,7% de domicílios que assistiram ao programa, e percentual de 1,2% de indivíduos que assistiram ao programa, tendo um percentual de 14,3% de pessoas diferentes que foram impactadas pelo programa. O programa está em terceiro lugar de maior audiência da emissora nesse período (IBOPE, 2019).

O programa é formado basicamente pelo cenário no estúdio, onde José Luiz Datena (popular como Datena) comenta e chama ao vivo notícias variadas, pelas matérias feitas previamente, por algumas chamadas ao vivo, onde um dos repórteres entrevista alguém ou inclui informações às notícias apresentadas, e pelas tomadas aéreas realizadas ao vivo pelo helicóptero do canal.

No estúdio, Datena apresenta-se com uma postura que o consagrou: sempre está em pé, afirmativo, ríspido, frequentemente grosseiro, apresenta as notícias veiculadas, inclui informações ao vivo, julga e critica todos os envolvidos. Datena fala alto com desprezo e raiva, faz gestos demasiadamente, faz caretas. Datena é considerado uma figura pública significativa na discussão sobre violência urbana, possuindo grande espaço na mídia. Consolidou a imagem do repórter sagaz, opinioso, moralista, com tom de voz impactante e gestos severos.

No comando de programa ao vivo não tem para mais ninguém. Há duas semanas à frente do Brasil Urgente, que vai ao ar na Rede Bandeirantes às 18 horas, José Luiz Datena, 45 anos, quase triplicou a audiência do horário. De 3 pontos, ela saltou para 8, em média. Essa é a qualidade que hoje torna Datena o mais disputado entre os apresentadores do gênero: para onde vai, ele leva junto telespectadores. Segundo um diretor da cúpula do SBT, aliás, é o único que tem carisma suficiente para fazê-lo. De um ano para cá, Datena teve uma passagem-relâmpago pela Rede TV!, onde quintuplicou a audiência de seu horário. (VALLADARES, 2003, n.p)

Tratando-se de conteúdo, o programa aborda notícias variadas, todas efetivamente muito pesadas e violentas. Datena e sua equipe exminam cada notícia à exaustão, divulgando todos os detalhes repulsivos e repetindo-os ininterruptamente. As reportagens exibidas são sempre expostas pelos repórteres em entonação de reprovação,

buscando exibir os pontos mais terríveis do fato. As matérias são extremamente repetitivas.

Entre os casos polêmicos e que tiveram grande audiência exibidos no programa Brasil Urgente, se destacam: Quando Datena declarou que os ateus, aqueles que não acreditam em Deus, eram os responsáveis pela devastação da sociedade, a polêmica ocorreu em 2010. O caso da menina Isabela Nardoni, o caso de Eloá e o do goleiro Bruno que teve participação no sequestro e assassinato de Eliza Samudio, também foi abordado durante vários dias, em 2010.

O outro vídeo analisado é o Balanço Geral que pertence a emissora RecordTV possui uma estrutura mais confusa, pois ora parece a de um programa policial, ora apresenta um programa de auditório onde curiosidades são apresentadas. O programa é exibido por Geraldo Luís de segunda a sexta, das 11h50 às 15h.

Possivelmente devido ao público que assiste à televisão nesses horários, o programa é mais moderado do que Brasil Urgente. O apresentador não é tão ríspido em seus julgamentos, e as notícias apresentadas são menos chocantes. O programa apresenta as características típicas do Jornalismo Policial de forma menos exagerada, mesmo assim o programa contempla todos os atributos do gênero: o apresentador possui uma postura sóbria, as numerosas notícias sobre violência e desastres, a cobertura ao vivo pelo helicóptero de acidentes e perseguições policiais, etc.

4.3 Análise de materiais jornalísticos e não jornalísticos

Os vídeos não jornalísticos analisados são dos canais “Antenado News” e outro intitulado como “jornalista Fernando Martins” foram selecionados através do *Youtube*. Esses vídeos entram nessa análise pela maneira dramática e encenada que foi tratada a morte de Isabela, transformando toda a violência que a vítima sofreu em um espetáculo para o público.

Para a análise aqui proposta, foram analisados quatro vídeos disponíveis no *YouTube* onde retrataram sobre o caso da jovem Isabela Miranda de Oliveira de 19 anos que foi estuprada pelo cunhado, e depois foi agredida e morta pelo namorado que colocou fogo na vítima. Dois vídeos foram de canais que são usuários do *YouTube*, e outros dois são da grande mídia televisiva brasileira.

As mídias sociais são caracterizadas pela produção de conteúdos realizada de muitos para muitos, tendo como destaque a interação e a criação coletiva. Dessa maneira, os usuários alteram, comentam e compartilham informações. As tecnologias facilitam e barateiam a produção amadora, há uma espécie de trabalho conjunto, pois uma copia e reajusta usos e criações da outra (JENKINS, 2009). E por essas características foi escolhido o canal *YouTube* porque é uma plataforma de grande interação, e é a rede social de compartilhamento de vídeos mais popular na internet.

O *YouTube*, por se tratar de um serviço de vídeos divididos por canais, inevitavelmente existe a comparação com a televisão, mesmo tendo óbvias diferenças na produção e no consumo de informações.

O *Youtube*, mais ainda do que a televisão é um objeto de estudo particularmente instável, marcado por mudanças dinâmicas (tanto em termos de vídeos, como de organização), diversidade de conteúdos (que caminha em um ritmo diferente do televisivo, mas que, da mesma maneira, escoo por meio do serviço e, às vezes, desaparece de vista) e uma frequência cotidiana análoga, ou “mesmice”. (BURGESS; GREEN, 2009, p. 23-24)

A plataforma permite que qualquer pessoa crie uma conta, produza e vincule assuntos diversos, são conteúdos produzidos por pessoas que estão fora das grandes mídias, mas que utilizam de ideias que foram transmitidas na mídia. E assim direcionam suas próprias conclusões. Foi o caso dos vídeos analisados, que os dois canais de amadores comentaram sobre o caso, conforme foi vinculado nas emissoras televisas sobre o caso da jovem Isabela.

A presença de vídeos com repercussão de casos de violência é analisada por d'Andréa (2014). É necessário discutir a capacidade de impacto das imagens "amadoras" a fim de criar laços, provocar, estimular o debate, surpreender e até mesmo indignar seus espectadores. Conforme apresenta Alzamora (2011, p.96), estamos tratando de "imagens que testemunham, mais que reportam, imagens que exalam emoção, mais que informam, imagens que vinculam, mais que argumentam".

Ao questionar a linguagem telejornalística, Jost (2007) realiza uma importante diferenciação entre “imagens violentas” e “imagens da violência” que nos auxilia a compreender o potencial do engajamento das narrativas audiovisuais "amadoras". As "imagens amadoras" expõe Jost (2007, p.100), não comprometem o telespectador, pois ele as testemunha “de um ponto de vista desencarnado, quase divino”. É necessário

destacar que o significado de violência não está ligado necessariamente ao registro de crimes ou atos semelhantes, porém na capacidade de uma imagem provocar um “choque perceptivo” (JOST, 2007) ao apresentar a experiência de alguém por trás da câmera. As imagens da violência, ao contrário, destacam um choque emotivo que se preocupa mais em exibir e fazer saber do que em sentir.

A cultura da participação é o termo utilizado por Jenkins (2006) para descrever a atual conjuntura referente ao aumento da participação e intervenção do público nos métodos comunicacionais de distintos meios midiáticos. Segundo o autor, atualmente os indivíduos tem mais facilidade em se apropriar de conteúdos, reformular e compartilhar diversos elementos de maneira mais descomplicada, ágil e acessível. Para Jenkins (2006), esta é a oportunidade dos públicos se tornarem fundamentais na compreensão de que maneira a cultura age. As tecnologias estão auxiliando os usuários a utilizar da apropriação e a recirculação dos materiais midiáticos. “A cultura participativa é tudo menos de margem ou underground nos dias de hoje” (JENKINS, 2006, p.2).

Essa cultura de participação é totalmente visível nos vídeos analisados, pois os usuários do *YouTube* se apropriaram de um discurso, depois recriaram sobre o caso em base dos seus próprios conceitos, e compartilharam na plataforma. De forma rápida e gratuita várias outras pessoas que estão na rede podem assistir aos vídeos produzidos.

5. ANÁLISE DA REPERCUSSÃO DE UM CASO DE FEMINICÍDIO ANTECEDIDO POR ESTUPRO

Este capítulo destina-se a análise dos vídeos (jornalísticos e não jornalísticos) e também da cobertura nos portais jornalísticos sobre o caso de feminicídio, relacionando-as aos conceitos abordados nos capítulos anteriores.

5.1 Dramatização da morte e enquadramentos romantizados do assassinato em vídeos do *YouTube*

O primeiro vídeo analisado foi do canal *Antenado News* que possui 204 mil inscritos, e se descreve como: “*Antenado news* é um canal de notícias, aqui você fica atualizado e informado com as notícias do Brasil e do mundo todos os dias.” Na legenda do vídeo há uma chamada sobre o caso, dizendo o seguinte: ” Caso Isabela Miranda: Mulher é morta *QUEIMADA* após flagra na cama com cunhado no Carnaval 2019” Ao longo do vídeo é dito que Isabela tinha sido flagrada na cama com o cunhado tendo relações sexuais com ele, e seu namorado teria “perdido a cabeça”.

Em determinado momento do vídeo é dito que o feminicídio e violência doméstica aumentou no Brasil, alertando “se você for vítima, denuncie, não fique calada” mas não foi dado nenhum número de contato, e nem a quem a mulher vítima de violência poderia procurar ajuda. E o caso de Isabela não foi considerado como estupro quando é dito que ela foi “flagrada na cama com o cunhado tendo relações sexuais”, Isabela estava alcoolizada, e desacordada na cama. Atualmente o vídeo analisado encontra-se indisponível no *YouTube*, pois foi removido pelo usuário.

Prado Sanematsu (2017) relata que essa abordagem realizada sobre crimes ocorre à naturalização da violência, transforma a vítima como a culpada da história, reforçando os estereótipos de gênero. Exibindo a vítima, e desqualificando o feminicídio em si. Essas características foram visivelmente notadas nesse vídeo analisado quando citam que Isabela foi flagrada tendo relações sexuais com o cunhado.

O segundo vídeo analisado foi do canal “Jornalista Fernando Martins” que possui 46 mil inscritos e postou um vídeo sobre o caso de Isabela, ele começa o vídeo

olhando fixamente para a câmera com um olhar de quem deseja seduzir alguém, sua voz também tem um tom de performance, como se estivesse narrando um fato fictício ou bizarro. Ele relata que Isabela foi estuprada pelo cunhado, e morta pelo namorado. Todo o tempo o olhar e a expressão facial é totalmente teatral. Conforme Angrimani, uma teoria do porque há tanto interesse na espetacularização da morte está diretamente ligado à linguagem, pois o sensacionalismo busca produzir um texto atraente e com fotos enfáticas, justamente para provocar sensações no leitor.

Ao decorrer do vídeo é utilizado o presente, como se Isabela ainda estivesse viva, dizendo que “Isabela namora com William”, “os dois possuem uma vida normal, como qualquer casal de namorados”. O próprio jornalista faz uma simulação do caso, e narra a cena com voz e olhares dramatizados transformando assim o feminicídio de Isabela numa atração para conseguir maior visibilidade e *likes*.

Angrimani caracteriza uma narrativa sensacionalista, através do enaltecimento da emoção em desvantagem da informação, a vantagem do extraordinário e do vulgar de maneira espetacular e desmedida, a redução de elementos importantes e adição ou invenção de termos ou acontecimentos, a evidência de fatos insignificantes, dúbios, supérfluos ou insinuantes, entre outros. De acordo com Garcia, “uma atitude performática apresenta-se como ação (inter) mediadora, em que o corpo surge como instrumento de imagem” (p.123). No caso do vídeo o rosto foi à ação mediadora, pois utilizou dessa performance para ter a atenção dos internautas. Todos esses elementos foram encontrados no vídeo analisado.

No final do vídeo é dito que a polícia está tratando com a possibilidade de ato consensual entre Isabela e o cunhado. De acordo com Pena (2008, p. 15) “é preciso criar alternativas, ouvir o cidadão comum, a fonte anônima, as lacunas, os pontos de vista que nunca foram abordados”. Nesse caso apenas foi citada a polícia como fonte do crime, mesmo o usuário se denominando jornalista, falta muitas técnicas jornalísticas acerca do feminicídio. Ele ainda acrescenta “o que não justifica a brutalidade com que Isabela foi morta”.

Há comentários no vídeo parabenizando pela voz e pela produção realizada, tratando assim o vídeo como um produto jornalístico investigativo. Nessa perspectiva podemos analisar presente a cultura da participação denominada por Jenkins (2006). Segundo o autor, atualmente os indivíduos tem mais facilidade em se apropriar de

conteúdos, reformular e compartilhar diversos elementos de maneira mais descomplicada, ágil e acessível.

Observa-se como a ação do repórter, por vezes, é invocada para dramatizar assuntos abordados. Esta linha, seguida por programas jornalísticos tradicionais, é repetida pelo programa independente acima. Há até mesmo uma reprodução das condições da morte da vítima.

Figura 01: Prints do vídeo produzido pelo usuário “Jornalista Fernando Martins”



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=XBWiSHhKzJo>

O terceiro vídeo analisado foi do programa Balanço Geral, que é exibido na Record TV, a manchete é a seguinte “Confusão em churrasco: jovem é morta por namorado após vê-la com cunhado” Na reportagem é dito que o namorado viu Isabela mantendo relações sexuais com o cunhado, não foi tratado como estupro, ainda consta no boletim de ocorrência que o namorado havia ficado furioso por ter flagrado a namorada com outro homem. Romero (2014) conceitua o feminicídio como toda e qualquer ação de agressão oriunda da dominação de gênero, realizado em oposição a alguém do sexo feminino, acarretando na sua morte.

O caso não foi retratado como feminicídio pela empresa, e nenhum momento teve alguma informação sobre violência contra mulher, pelo contrário a partir da chamada e descrição do vídeo Isabela foi tratada como culpada, e não como a vítima, ao escreverem “jovem é morta por namorado após vê-la com cunhado” e “depois de ter sido flagrada tendo relações sexuais com o cunhado”.

O deputado federal David Miranda (PSOL-RJ) criticou a postura da emissora e se pronunciou sobre o fato em seu Instagram pessoal.

Figura 02: Deputado David Miranda utilizou seu perfil do Instagram para criticar Record



Fonte: <https://www.instagram.com/p/ButzFUYAwII/>

Luiz Guilherme Prado que é apoiador das causas humanas, sociais e políticas também se manifestou em seu perfil do Twitter sobre o caso. Luiz Guilherme é conhecido nas redes sociais pelos seus posts que defende e dá visibilidade às minorias.

Figura 03: Guilherme Prado usou o Twitter para comentar sobre o caso de Isabela



Fonte: <https://twitter.com/luizguiprado?lang=pt>

O quarto e último vídeo analisado foi do Brasil Urgente que é um programa vinculado pela Band. A reportagem consta de sensacionalismo sobre o caso de Isabela, a voz e a expressão corporal da repórter é totalmente ensaiada, a repórter é sensacionalista ao interagir com a câmera, usando do corpo, e da voz para dar mais dramatização ao acontecimento. É gravado cenas no quarto da moça, mostrando objetos pessoais, contando detalhes do cotidiano da jovem.

O apresentador é quem exerce a função de intervir à relação entre o programa, os telespectadores, entrevistados e os demais personagens e profissionais envolvidos na sua elaboração. Em relação à gestualidade e aos posicionamentos escolhidos, em especial nos cenários dos programas jornalísticos, compreendo assim como uma performance cênica do apresentador, tornando aquele caso um verdadeiro espetáculo para a audiência. Datena explora a articulação retórica do texto e “performance cênica” exagerada, com gestos enfáticos. A própria imagem pessoal de Datena, usando sempre ternos escuros, é agressiva e intimidadora.

Os recursos da linguagem televisiva exploram os recursos envolvidos diretamente na maneira editar o áudio, imagem e montagem de cada programa. “Pode, em síntese, alterar as sensibilidades diante do crime e da violência” (ROLIM, 2006, p.198). Os veículos se apropriam dos elementos técnicos para causar impactos nos telespectadores, seja de maneira “real” ou através de reconstituição mediante simulações, que geralmente há recorte de sensacionalismo.

O áudio também é tratado de forma sensacionalista, com uso de trilhas de suspense, recriação de sons de tiros e gritos, além de um texto verbal carregado de apelos dramáticos. Angrimani afirma que a narrativa sensacionalista é uma maneira de transportar o leitor até a cena do crime, vivenciando aquelas mesmas emoções. O detalhamento faz com os telespectadores sintam-se como o próprio autor do fato que está sendo narrado. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros – Fenaj prevê que o jornalista atue pela promoção dos direitos dos cidadãos, sobretudo idosos, crianças, mulheres e minorias. E que deve evitar abordagens mórbidas e sensacionalistas. Pudemos perceber nesse vídeo que o Código de Ética não foi seguido.

O programa apresenta explicitamente situações comunicativas através das escolhas técnicas (enquadramento das imagens, seleção de falas dos populares), do cenário, a postura do apresentador, da imagem que o programa busca criar de si mesmos e da sua audiência mediante um feminicídio. “A espetacularização da notícia policial, por meio de métodos extraídos do sensacionalismo, hiper-realismo e da dramaturgia, vulgariza a TV, diminui a credibilidade do jornalista e falseia o conteúdo do fato diante da realidade” (PERIAGO, 2004, p.5).

É dito no vídeo que a moça foi vítima do cunhado e do namorado, em nenhum momento a reportagem traz números sobre violência contra mulher, ou de que maneira

alguma vítima possa procurar ajuda. O jornalismo tem um papel social de grande importância na sociedade, e o programa tem grande visibilidade e possui a responsabilidade social de ocupar esse espaço de maneira consciente, assim fomentar o debate sobre a violência de gênero, dando uma assistência para mulheres que passam por situações de violência no seu cotidiano.

5.2 Cobertura sobre o caso em portais jornalísticos

Os portais analisados foram o G1 e *Regional News*. Foi escolhido estes portais, pois o G1 foi o que trouxe uma reportagem mais ampla sobre o caso, e o *Regional News* por ser o portal que abrange a cidade de Franco da Rocha, local onde aconteceu o feminicídio de Isabela.

O G1 é um portal de notícias brasileiro que pertence ao Grupo Globo e foi lançado em 18 de setembro de 2006. O portal apresenta conteúdos jornalísticos das distintas empresas do Grupo Globo - Rede Globo, *Globo News*, Rádios Globo e CBN, Jornais O Globo, Extra, Expresso e Valor Econômico, revistas *Época* e *Globo Rural*, produzem reportagens multimídias: em formato de texto, fotos, áudio e vídeo.

Exatamente por ser um dos portais mais lidos do país por ter credibilidade, é necessário ter muita responsabilidade na hora da produção das reportagens. No dia oito de março o portal produziu uma matéria sobre o caso da jovem Isabela. Logo no título o caso não é tratado como feminicídio quando dizem “Mulher morre em SP após ter o corpo queimado pelo namorado”, Prado e Sanematsu (2017), afirmam que é corriqueiro em matérias sobre violência de gênero justificar que o agressor estava comportando-se sob “loucura” ou “doença”, como é percebido no subtítulo quando afirma que “Isabela Miranda de Oliveira foi morta após crise de ciúmes do namorado, que a encontrou na cama com outro homem”.

Os estereótipos de gênero estabelecem que os polos se opõem e a mulher é imposta como a causadora pela violência sofrida. Tenta-se então delimitar a mulher nos padrões de gênero, indagar se ela era uma boa mãe, uma mulher direita, como estava vestida, por onde andava e à que horas, se estava bêbada, etc (PRADO, SANEMATSU, 2017). Nesse sentido, é percebido na abordagem quando dizem que Isabela foi vista com o cunhado na cama, afirmando que ela estaria tendo relações sexuais com o

cunhado, assim traindo o namorado. O namorado vendo a situação teria tido uma “cena de ciúmes”, assim mais uma vez culpabilizando Isabela.

Figura 04: Print da reportagem que consta no portal do G1 sobre o caso Isabela



Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/03/08/mulher-morre-em-sp-apos-ter-o-corpo-queimado-pelo-namorado.ghtml>

Na plataforma há texto, hiperlinks e um vídeo. O texto começa com um lead, com informações básicas da data da morte da vítima, logo após há um hiperlink sobre como “registros de feminicídio crescem no Brasil”. No texto consta um parágrafo dizendo que a SSP não divulgou se o caso será registrado como feminicídio ou não.

Ainda no texto há um subtítulo “o dia do crime” onde consta uma reconstrução sobre o caso, há depoimentos da tia da vítima e testemunhas que estavam no local do crime. Em determinado momento diz que o cunhado que estuprou Isabela era vítima, “o cunhado do suspeito aparece no boletim de ocorrência como sendo vítima, mas testemunhas afirmam que Isabela foi abusada por ele”.

Ainda consta um último subtítulo “número de feminicídios cresce”, há um mapa especial de casos de feminicídios ano a ano no país, mostrando como os números crescem a cada ano. Trazendo números atualizados de um levantamento realizado pelo G1 tendo como base dados dos 26 estados mais Distrito Federal.

Figura 05: Infográfico sobre feminicídios no Brasil disponível no portal G1



Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/03/08/mulher-morre-em-sp-apos-ter-o-corpo-queimado-pelo-namorado.ghtml>

No vídeo que há na matéria multimídia o âncora no estúdio fala sobre o dia da mulher e da importância da data, e em contraponto fala de casos de violência contra a mulher, o âncora diz que testemunhas relataram que o namorado colocou fogo na vítima por causa de uma cena de ciúmes. A repórter entra ao vivo e fala que foi um crime motivado por ciúmes, ainda acrescenta algumas informações sobre o velório e como era a jovem Isabela, depois começa a rodar uma reportagem feita pelo mesmo jornalista que escreveu o texto do G1. O repórter falou no vídeo que o namorado foi até o quarto e flagrou Isabela e o cunhado juntos na cama.

Figura 06: Print do vídeo que consta na reportagem multimídia no site do G1



Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/03/08/mulher-morre-em-sp-apos-ter-o-corpo-queimado-pelo-namorado.ghtml>

Conclui-se com essa reportagem multimídia do G1 que eles trazem dados e números importantes e relevantes sobre o feminicídio, onde há uma preocupação e conscientização com o aumento desse índice, porém em vários momentos do texto, e do vídeo ocorre culpabilização da vítima. No próprio título da reportagem, que é uma das partes que mais chama a atenção do leitor, coloca Isabela como a culpada do crime. E muitas vezes os leitores apenas vão ler o título impactante, assim concordando que Isabela foi culpada, e não a vítima.

No Facebook o G1 fez uma chamada com link com reportagem completa sobre o caso, segue print da chamada. Há vários comentários de internautas falando que não tem importância se ela estava alcoolizada ou não, e sim que ela era a vítima e não a culpada, que o enquadramento dado pela mídia foi totalmente destorcido sobre o caso.

Figura 07: Print da chamada realizada no Facebook sobre a reportagem multimídia do portal G1



Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/03/08/mulher-morre-em-sp-apos-ter-o-corpo-queimado-pelo-namorado.ghtml>

Regional News

Regional News é um jornal que tem um alcance geográfico que a atinge desde a Lapa até Jundiaí/ São Paulo, e foi escolhido para análise justamente porque contempla a cidade de Franco da Rocha, local onde aconteceu o feminicídio de Isabela.

Figura 08: Print da reportagem do portal *Regional News*

REGIONAL NEWS

Polícia investiga caso de namorado que ateou fogo na parceira durante festa

**Atualizado às 8h00 de quinta-feira, 7*

O caso de uma menina que foi agredida e teve o corpo incendiado pelo namorado durante uma confraternização no domingo, 3, no bairro dos Cristais, em Franco da Rocha, está sendo investigado pela polícia como homicídio qualificado e lesão corporal.



Fonte: <https://rnews.com.br/policia-investiga-caso-de-namorado-que-ateou-fogo-na-parceira-durante-festa.html>

No primeiro parágrafo da reportagem dizem uma menina foi “agredida e teve o corpo incendiado pelo namorado”, e que o feminicídio “está sendo investigado pela polícia como homicídio qualificado e lesão corporal”. Somente no segundo parágrafo citam nome de Isabela.

No segundo parágrafo do texto é dito que Willian Felipe de Oliveira Alves afirma que agrediu a jovem “após flagrar ela o traindo com o cunhado dele durante a festa”. Ainda acrescentam que “ainda segundo o BO, indignado com o flagrante, ele agrediu o cunhado, a namorada e ateou fogo no quarto onde Isabela estava”. O grande desafio do jornalismo policial é ir além dos boletins que apenas mostram o lado policial.

Ramos e Paiva (2007, p. 39) evidenciam que “a ausência de muitos tipos de fontes acaba por gerar uma cobertura pouco diversificada”. Nesse caso o portal apenas abordou a concepção da polícia sobre o feminicídio.

A matéria contém cinco parágrafos e em nenhum momento do texto é tratado o caso como feminicídio, e ao usarem as palavras flagrante e traição, colocam Isabela como a culpada da história, e não a vítima. Dessa maneira, essa problemática na cobertura dos feminicídios acaba amenizando a completude do crime, quando o feminicídio não é visto como efeito de um método de violência. Essas práticas são muito frequentes na cobertura jornalística estimulando atitudes violentas e reforçando estereótipos “usados para inverter a culpa pelo crime, colocando sobre as vítimas a responsabilidade pela violência que sofreram quando elas não se enquadram nesses estereótipos” (Ibid., p. 149).

Ramos e Paiva (2007) afirmam que as reportagens relacionadas às coberturas policiais ainda são muito rasas, onde apenas há o fato em si, não dando espaço para um debate mais profundo sobre a prevenção e consequências da violência de gênero e feminicídio.

6. Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo analisar de que maneira é abordado o feminicídio nas produções jornalísticas e não jornalísticas, através da pesquisa bibliográfica acerca da violência de gênero e dos programas de Jornalismo Policial e da análise desses conteúdos sobre o caso de Isabela Miranda. Mesmo que tenha aumentado o número de matérias sobre caso de assassinatos de mulheres – feminicídio, ainda é necessário muitos avanços, quebras de rupturas e machismos enraizados. Onde haja um olhar cuidadoso ao abordar sobre feminicídio e que o termo seja utilizado, principalmente de forma consciente.

É de extrema relevância um olhar atento acerca das vinculações sobre o tema, analisando criticamente que a violência tem caráter simbólico, as mídias podem determinar uma coparticipação com os agressores ou tornar como justificável a violência sofrida pela mulher. É fundamental analisar como essa violência de gênero perturba, e destrói a vida de tantas mulheres e como é abordada nas mídias, pois a violência de gênero é uma problemática grave que causa consequências no convívio social. E o modo que os meios de comunicação representam essa violência podem fomentar essa violência de gênero, culpabilizar a vítima ou justificar os casos de violência.

Referindo-se aos casos de violência à mulher nos conteúdos analisados ficou evidente que a falta de informações que ajudariam para o conhecimento dos(as) leitores(as), resultou na redução a violência de gênero a apenas um mero caso policial, como outro qualquer. Os vídeos não trouxeram junto ao caso, dados sobre a Lei que ampara as mulheres em situação de violência, não mencionaram as políticas públicas que auxiliam no combate a essas violações e muito menos anunciaram os números que podem ser usados para denúncias. A linguagem utilizada foi meramente descritiva, utilizando da dramatização para retratar um feminicídio. O corpo do repórter tem destaque, suas mãos, sua presença em cenário, sua entonação de voz, o que mostra um papel dramaturgico sobre o fato. Ocorreu ainda o uso de recursos de edição que ficcionalizam a narrativa, como encenação, efeitos de luz e cor, que tornam a notícia de um crime apenas uma história contada.

Nos portais jornalísticos foi observado que o feminicídio foi tratado de forma rasa, não utilizando do espaço para discutir a problemática, assim abrindo espaço para conscientizar sobre violência de gênero, também não foi tratado de maneira para que as mulheres que sofrem ou já sofreram algum tipo de violência se sintam acolhidas. Em vários momentos a vítima torna-se a culpada do caso, justificando de alguma maneira toda aquela violência sofrida.

No caso investigado, a maneira como a mídia desenvolveu a narrativa é reveladora de estigmas sociais, muitas vezes não tratando o crime como feminicídio. Nos conteúdos analisados, a vítima não é a prioridade da matéria, bem como não está clara uma abordagem didática, que vise conscientizar outras pessoas sobre a violência, ou formas de ajuda.

Desse modo, é possível concluir que o jornalismo não atribui especificidade de violência de gênero aos crimes de feminicídio em algumas de suas reportagens, como na maioria das reportagens que reproduziram o caso da Isabela. Em muitas abordagens a vítima é retrata como a culpada da história, tornado a mídia um ambiente muito mais comercial do que informativo, fazendo uso da dramatização e espetáculo nos vídeos analisados, não se importando em oferecer ajuda à outras mulheres, e sim apenas montar uma história ficcional em torno do caso. Não tendo empatia pela família ou pela vítima, tratando apenas de cunho comercial, e não jornalístico.

Iniciei essa pesquisa por ficar incomodada com as abordagens direcionadas ao feminicídio. Aquilo me inquietou em dois aspectos, primeiramente como mulher, e segundo como acadêmica de jornalismo. Indaguei-me sobre tudo que aprendi e absorvi ao longo dos quatro anos de graduação. Senti várias sensações, fiquei aliviada por eu ter a sensibilidade e humanidade de reconhecer a problemática na abordagem e me colocar no lugar da vítima. E fiquei preocupada com a realidade dos jornalistas que ocupam o mercado de trabalho. Tenho a consciência, sobretudo que na faculdade não ensinam sobre noções básicas de humanidade, além de tudo, eu senti medo dos tempos sombrios que habitam principalmente para nós mulheres.

Esse trabalho me ensinou tanto, me recordo lá no começo das discussões sobre o tema quando minha orientadora me perguntou se eu teria condições psicológicas para realizar a pesquisa durante todo esse ano, eu prontamente respondi “sim”, no momento eu achei que teria mesmo, eu sempre me considerei uma mulher forte e decidida, com

lutas bem definidas. Mas, tenho que confessar que teve momentos que foi difícil realizar o estudo, estudar sobre violência e principalmente sobre feminicídio é difícil. Causa dor, revolta, raiva, ódio, tristeza, medo. Mas o que me motivou a começar e principalmente continuar e terminar essa pesquisa foram todas as mulheres que não estão mais aqui, é pela Isabela, pela Maria, Beatriz, Vanessa, Débora e tantas outras.

Nós mulheres morremos simplesmente por sermos mulheres, a gente morre porque o namorado não aceitou o término do namoro, somos mortas porque o volume da televisão estava muito alto e irritou o companheiro. Nossa vida é tirada de nós porque nosso parceiro não gostou do nosso bolo e achou uma ‘porcaria’. Somos jogadas do quarto andar de um prédio, somos assassinadas com 20 facadas em frente a nossa filha. Tudo isso parece ficção, mas são todos casos reais de feminicídios que aconteceram no Brasil. Nossa vida é arrancada de nós pelo simples fato de estarmos vivas. Nossa existência já é revolução.

Tem um poema da Nívea Sabino que diz assim “*Nenhuma mulher mais, independente da cor ficará calada, enquanto houver outras violentadas. Violeta é a cor que marca a luta da resistência ao roxo que ocê deixou*”. E esse poema que define meu sentimento com a conclusão desse trabalho, de eu seguir resistindo e estudando sobre essas questões, para tentar minimamente mudar essa sociedade machista, patriarcal, preconceituosa e racista. Continuarei lutando não somente por mim, mas por elas, que já não estão mais aqui, e por todas aquelas que ainda estão por vim.

Referências bibliográficas

ALZAMORA, Geane. Entre a TV e a internet: mediações sobrepostas em IReport for CNN. In: SOSTER, Demétrio; LIMA JR., Walter (Org.). *Jornalismo digital: audiovisual, convergência e colaboração*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011. p.84-104

AMARAL, A.; MONTEIRO, C. "Esses Roquero não curte": performance de gosto e fãs de música no Unidos Contra o Rock do Facebook. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 446-71, maio/ago. 2013.

ANGRIMANI, Danilo. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. 2 ed. São Paulo: Summus, 1995.

ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000b.

AZEVEDO, Maria Amélia. *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez, 1985.

BARCELLOS, Caco. *Rota 66: a história da polícia que mata*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade. In: *Magia e Técnica, arte e política - ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, volume I, 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BORGES, R.S. *Jornalismo-verdade ou condenação sumária: jornalismo policial e os mal-ditos no programa de TV Bandeira 2*. 2002. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6 ed. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Instituto Patrícia Galvão. *Violência Contra a Mulher: Estudo Revela Predominância de Viés Policialesco na Cobertura Noticiosa do Tema*. Brasília.

BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. *Videologias: ensaios sobre televisão*. São Paulo:

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. *YouTube e a revolução digital*. São Paulo: Aleph,

CERQUEIRA, Daniel; MATOS, Maria Vieira Martins. *A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil (versão preliminar)*. Brasília: IPEA, 2015.

CHAVES, E. S.; RISTUM, M. e NORONHA, C. V. (1997). *Estratégias para o Controle e a Prevenção da Violência: uma experiência em saúde que integraliza ações, a partir da atuação de diferentes segmentos*. Texto apresentado em Seção Coordenada do III Congresso Nacional da Rede UNI-IDA. Salvador, BA.

D'ANDRÉA, Carlos Frederico de Brito, Editando a violência: os vídeos “amadores” de quatro webTVs jornalísticas sobre as Jornadas de Junho, Belo Horizonte/MG, 2014.

DE LIMA, Ane Caroline Ferreira, Violência doméstica contra a mulher: possibilidades de enfrentamento por meio da educação em direitos humanos, Febf-uerj, Duque de Caxias, 2012.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS – FENAJ. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. 2007.

FISS, Owen M. A ironia da liberdade de expressão: estado, regulação e diversidade na esfera pública. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

FUCCIA, Eduardo Velozo. Reportagem policial: um jornalismo peculiar. São Paulo: Realejo, 2008.

FUENZALIDA, Valério. O docudrama televisivo. In: Revista MATRIZES. Ano 2 – Nº1,

GARCIA, Leila Posenato. et. al. Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicídio_leilagarca.pdf . Acesso em: 15 out. 2019.

GOFFMANN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, R.; MINAYO, M.C.S; SILVA, C.F.R. Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. In: SOUZA, E.R.; MINAYO, M.C.S. (Org.). Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. p. 117-140.

HANKS, William F. Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. Tradução Anna Christina Bentes et al. São Paulo: Cortez, 2008.

HERRING, Susan C. (2001). "Computer-mediated discourse". In: Schiffrin, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi E. (eds.). The Handbook of Discourse Analysis. Oxford, Blackwell Publishers.

JENKINS, Henry. Cultura da convergência. Tradução de Susana Alexandria. 2. ed. ver. amp. São Paulo: Aleph, 2009.

JOST, François. Les images du 11 septembre sont-elles des images violentes? In: DAYAN, Daniel (Org.). La terreur spectacle: terrorisme et télévision. Bruxelas: De Boeck, 2006

KLEIN, Alberto. Imagens de culto e imagens da mídia. Porto Alegre: Sulina, 2006.

KOTSCHO, Ricardo. A prática da reportagem. São Paulo: Ática, 1989.

KRUG, E. G. et al. (Org.). Relatório mundial sobre violência e saúde. Geneva: Organização Mundial da Saúde, 2002.

LAZARFELD, Paul F. MERTON, Robert K. Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social. In LIMA, Luiz Costa. Teoria da Cultura de Massa. Paz e terra, 2005. 7 edição.

Lei n. 11.340 de 7 de Agosto de 2006. (2006). Dispõe sobre a Lei Maria da Penha. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

LIANE, Sonia, Rovinski, Reichert. Dano psíquico em mulheres vítimas de violência. ed. Lúmen Júris. 2005.

MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Org.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.

McQUAIL, Denis. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Teorias da Comunicação de Massa. 6 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

MEDINA, Cremilda. Entrevista: o diálogo possível. São Paulo: Ática, 1996.

MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. Liberdade de expressão e discurso do ódio. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MINAYO, M. C. S. (1997). Violência, Direitos Humanos e Saúde. Em A. M. Canesqui (Org) Ciências Sociais e Saúde. São Paulo: Hucitec- ABRASCO.

MORAES, Fabiana. O nascimento de Joicy: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

MORETZSOHN, Sylvia. Pensando contra os fatos. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MOTA, Maria Dolores de Brito, Mulheres e Violências: Práticas discursivas e políticas públicas, Fortaleza-Ceará, 2012

PAVIANI, J. Cultura, humanismo e globalização. Caxias do Sul: Educ, 2007.

PENA, Felipe. Jornalismo literário. São Paulo: Contexto, 2008.

PERIGAGO, F. R. O Perfil do Repórter de Telejornal Policial no Brasil. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PORTO, M. S. G. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. *Revista Sociologias*, Porto Alegre – RS, v. 8, jul./dez. 2002. p. 152-171. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a07.pdf>.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RECUERO, Raquel (2012). *A Conversação em Rede*. Porto Alegre, Sulina.

RODRIGUES, Ernesto; In: CALDAS, Álvaro. *Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da internet*. São Paulo: Loyola, 2002.

ROLIM, Marcos. *A síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006

ROMERO, T. I. Sociología y política del feminicidio: algunas claves interpretativas a partir de caso mexicano. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 373-400, maio/ago. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/se/v29n2/04.pdf>. Acesso: 25 set. 2019.

SANTOS, Alexandre Tadeu dos. Proposta de leitura de docudramas: uma análise do quadro “Anjo da Guarda” do Fantástico. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. *Anais Eletrônicos*, Curitiba, 2009.

SANTOS, José Alcides Figueiredo (2005), *Classe social e desigualdade de gênero no Brasil*. Trabalho apresentado no XXIX Encontro Anual da ANPOCS, GT “Gênero na Contemporaneidade”.

SILVA, Rosane Leal da; et al. Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. *Revista Direito GV*, São Paulo, vol. 14, n. 2, p. 445-468, jul-dez 2011.

SOUZA DE JESUS, Helen Cristina “Quem ama não mata”: A romantização do feminicídio no portal de notícias G1, Salvador, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, 2018.

SOUZA, Patrícia Alves de. Os possíveis motivos do adiamento da denúncia de mulheres vítimas de violência conjugal - Estudo em Grupo de Mulheres atendidas no CEVIC — Florianópolis, 2002. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Saúde, Pós-Graduação em Saúde Pública.

TARDE, Gabriel. *A opinião e as massas*. 2 ed. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TELES, Maria Amélia e MELO, Mônica de. *O que é Violência contra a Mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

Sites consultados

Matéria jornalística do portal Regional, disponível em <<https://rnews.com.br/policia-investiga-caso-de-namorado-que-ateou-fogo-na-parceira-durante-festa.html>>. Acesso em Outubro de 2019.

Matéria jornalística do G1, disponível em <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/03/08/mulher-morre-em-sp-apos-ter-o-corpo-queimado-pelo-namorado.ghtml>>. Acesso em Setembro de 2019.

Vídeo do programa Balanço Geral, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=wKvRsc89aUY>>. Acesso em Julho de 2019.

Vídeo do programa Brasil Urgente, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=1WeOshXxyB0>>. Acesso em Julho de 2019.

Vídeo do canal “Jornalista Fernando Martins”, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=XBWiSHhKzJo->>. Acesso em Junho de 2019.